



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LOURDES RAFAELLA SANTOS FLORENCIO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PÓS-DOCTORAL

FORTALEZA – CEARÁ

2019

LOURDES RAFAELLA SANTOS FLORENCIO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PÓS-DOUTORAL

Relatório de Atividades Pós-Doutoral apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), como requisito parcial para obtenção do título de Pós-Doutor em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lia Machado Fiuza Fialho.

FORTALEZA– CEARÁ

2019

AGRADECIMENTOS

À Júlia e Marina, pelo amor gratuito.

À Professora Dr^a Lia Machado Fiuza Fialho, supervisora do Estágio Pós-doutoral, pelos ensinamentos, partilhas e amizade, meu muito obrigada.

Aos membros do Grupo Práticas Educativas, Memórias e Oralidades – PEMO pela acolhida e partilhas.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará, pela acolhida e oportunidade de desenvolver a pesquisa.

À Universidade Estadual do Ceará-UECE.

RESUMO

O presente relatório é resultante das atividades desenvolvidas no estágio pós-doutoral realizado do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE da Universidade Estadual do Ceará – UECE, entre os anos 2018 e 2019. A pesquisa teve como objetivo geral analisar a trajetória formativa da educadora e militante política Rosa Maria Ferreira da Fonseca, desde sua infância até conclusão da licenciatura (1949-1982). Como objetivos específicos, estabelecem-se: 1) perscrutar o cenário sócio histórico que Rosa vivera: Quixadá e Fortaleza dos anos 1940 a 1970; 2) traçar as experiências formativas e laborais da biografada; e 3) analisar a inserção e imbricações da atuação política de educadora Rosa da Fonseca até o período de conclusão de sua graduação. A pesquisa está inserida no contexto da História da Educação, e orientada sob o signo da memória, como proposto por Jacques Le Goff (1994), tendo-se como eixo teórico a História Cultural, na qual destacam-se os seguintes autores: Chartier (1991), Cardoso (2011), Falcon (2006), Fonseca (2003) e Pesavento (1995; 2003). Metodologicamente, fez-se pesquisa qualitativa onde a coleta de fontes se deu por meio de entrevistas providas pela História Oral, juntamente com documentos oficiais, pessoais e de natureza jornalística. Como contribuição deste estudo, reconstitui-se a trajetória histórica da Professora Rosa Fonseca, que viveu com empenho a militância política no estado do Ceará, expressa de forma a revelar as experiências singulares decorrentes das suas inserções sociais, políticas e econômicas, e, destarte, desvelou reflexões importantes acerca da formação docente e da atuação feminina na política do cenário cearense.

Palavras-chave: Biografia. Memoriais. Formação Docente.

ABSTRACT

This report is approved by the activities carried out in the post-doctorate carried out in the Graduate Program in Education - PPGE of the State University of Ceará - UECE, between the years 2018 and 2019. A research carried out in the General Objective analyzes a formative trajectory of the educator and political activist Rosa Maria Ferreira da Fonseca, from childhood to graduation (1949-1982). As specified objectives, the following are established: 1) To investigate the social historical scenario that Rosa lives in: Quixadá and Fortaleza from the 1940s to the 1970s; 2) to outline how formative and labor experiences of a biographer; and 3) to analyze the insertion and imbrications of the Rosa da Fonseca education policy until the end of her graduation. A research is inserted in the context of the History of Education, and oriented to the sign of memory, as proposed by Jacques Le Goff (1994), having Cultural History as its theoretical axis, highlighted as the following authors: Chartier (1991), Cardoso (2011), Falcon (2006), Fonseca (2003) and Pesavento (1995; 2003). Methodologically, it did qualitative research where the collection of sources took place through instruments provided by Oral History, including official, personal documents and journalistic nature. As a contribution to this study, identify the historical trajectory of Professor Rosa Fonseca, who lives with involvement in political militancy in the state of Ceará, be expressed in order to reveal how her social, political and economic insertions are unique, and to outline, develop important reflexes on teacher training and female performance in the political scenario of Ceará.

Keywords: Biography. Memorials. Teacher Education.

Sumário

1. TRAJETÓRIA FORMATIVA DA EDUCADORA E MILITANTE POLÍTICA ROSA MARIA FERREIRA DA FONSECA.	9	
1.1 INTRODUÇÃO	9	
1.2. O GÊNERO BIOGRÁFICO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O PERCURSO METODOLÓGICO		10
1.2.1 PESQUISAS E HISTORIOGRAFIA	10	
1.3. OS SENTIDOS DA ESCRITA BIOGRÁFICA	12	
1.4. HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO E O ENCONTRO COM O SUJEITO	14	
1.5. “ONDE SE CONTA UMA HISTÓRIA”: QUIXADÁ E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	16	
1.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30	
1.8. BIBLIOGRAFIA	32	
2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES	35	
2.1 SUBMISSÃO E APROVAÇÃO DE PROJETO, EM PARCERIA, CHAMADA PÚBLICA CNPQ/SESCOOP 007/2018	35	
2.2. EVENTOS	35	
2.2.1 V SEMINÁRIO ESTADUAL DE PRÁTICAS EDUCATIVAS, MEMÓRIAS E ORALIDADES - SEPEMO35		
2.2.2 XXIV ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE - REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED	36	
2.3. CAPÍTULOS DE LIVROS	36	
2.4 ARTIGO SUBMETIDO A REVISTA	37	
2.4.1 ARTIGO ACEITO PELA REVISTA DIGITAL <i>CAMBIO Y PERMANENCIAS</i>	37	
2.4.2 ARTIGO SUBMETIDO A REVISTA EXITUS	38	
2.4.3 ARTIGO SUBMETIDO A REVISTA FAED	39	
2.5.1 BANCAS EXAMINADORAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ:	41	
2.5.2 BANCAS EXAMINADORAS EM OUTROS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO:	42	
ANEXOS	45	
ANEXO 01 – PROJETO CHAMADA PÚBLICA CNPQ/SESCOOP 007/2018	45	
BRASIL. LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971.	68	

ANEXO 2 - XXIV ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE - REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED	70
ANEXO 3 - CAPÍTULOS DE LIVRO	74
LIVRO TRABALHO, ESTÉTICA E FORMAÇÃO HUMANA	74
B) LIVRO PESQUISAS EDUCACIONAIS: ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.	77
ANEXO 4 – ARTIGO SUBMETIDO A REVISTA CAMBIOS Y PERMANENCIAS	80
ANEXO 5 - BANCAS EXAMINADORAS	82

1. TRAJETÓRIA FORMATIVA DA EDUCADORA E MILITANTE POLÍTICA ROSA MARIA FERREIRA DA FONSECA.

1.1 INTRODUÇÃO

A pesquisa versa sobre a trajetória formativa da educadora e militante política Rosa Maria Ferreira da Fonseca (1949-1982). Trata-se de um estudo cunhado na História da Educação, que nasceu das discussões em grupo de pesquisa denominado Práticas Educativas Memórias e Oralidades (Pemo), vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará, que se dedica a desenvolver e publicar estudos biográficos de mulheres (Fialho; Carvalho, 2017; Fialho; Queiroz, 2018; Fialho; Freire, 2018; Fialho; Sá, 2018; Fialho; Lima; Queiroz, 2019; Mendes; Fialho; Machado, 2019; Fialho; Sousa; Diaz, 2020).

Nascida em 1949 na cidade de Quixadá, sertão cearense, a biografada tem sua história de vida marcada pela atuação política no estado do Ceará. Desde muito jovem atuou nos movimentos de base da Igreja católica e mais tarde, quando graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, chegou a ser presa política, após fazer um discurso televisionado na presença do então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, em 1971.

O objetivo geral é analisar a trajetória formativa da educadora e militante política Rosa Maria Ferreira da Fonseca, desde sua infância até conclusão da licenciatura (1949-1982). Como objetivos específicos, estabelecem-se: 1) perscrutar o cenário sócio histórico que Rosa vivera: Quixadá e Fortaleza dos anos 1940 a 1970; 2) traçar as experiências formativas e laborais da biografada; e 3) analisar a inserção e imbricações da atuação política de educadora Rosa da Fonseca até o período de conclusão de sua graduação.

Questionou-se como a formação recebida por Rosa da Fonseca a influenciou na sua atuação profissional e política. Para responder a essa inquietação desenvolveu-se pesquisa documental nas hemerotecas Brasil: Nunca Mais, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, hemeroteca Portal da história do Ceará, bem como a narrativa da própria biografada, capturada através de entrevistas realizadas dentro da perspectiva metodologia da História Oral. Dessa maneira, os objetos de estudo são as fontes orais e

documentais produzidas sobre a vida de Rosa Maria Ferreira da Fonseca, doravante apenas Rosa da Fonseca, como ficou conhecida.

As discussões são pautadas na perspectiva da Nova História e nos estudos biográficos da História da Educação, fundamentando-se nos estudos de Bourdieu (1996), Le Goff (2010a, 2010b), Levi (1996), Machado (2010), Reis (2000), Rodrigues (2015).

1.2. O GÊNERO BIOGRÁFICO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O PERCURSO METODOLÓGICO

A Biografia, na perspectiva histórica, por muito tempo foi estigmatizada no âmbito acadêmico, reflexo de uma perspectiva positivista que enfocava excessivamente “grandes homens” e seus “grandes feitos”. O retorno da biografia, como aponta Loriga (1998, p. 225), “remete principalmente a experiências no campo da história atentas ao ‘cotidiano’, a ‘subjetividades outras.’”

As biografias históricas possibilitam trazer à cena problemas centrais da historiografia contemporânea como o público e o privado, indivíduo e sociedade (FIALHO; SANTOS; SALES, 2019). Pode-se dizer que as pesquisas biográficas compõem o movimento de renovação historiografia, iniciada ainda na década de 1920 com a Escola dos Annales, seja pela possibilidade de repensar a relação entre sujeito histórico e a produção historiográfica, seja pela possibilidade de ampliação conceitual teórico-metodológica da história (MACHADO, 2010).

No levantamento de fontes foram utilizadas fontes orais, onde a escuta da própria biografada foi privilegiada bem como fontes documentais, pois foi feita pesquisa no Arquivo projeto Brasil Nunca Mais, onde foi possível localizar o processo crime da biografada na pasta 666.

1.2.1 PESQUISAS E HISTORIOGRAFIA

A reflexão sobre as ações humanas a partir do campo da História leva à baila a multiplicidade de sujeitos com suas potencialidades, limitações. Mulheres e homens que,

em geral, contribuem direta ou indiretamente para as mudanças e permanências existentes numa sociedade.

Embora a historiografia tenha, por décadas, omitido a importância e lugar das mulheres no campo da História, se sabe que elas sempre se fizeram presentes no curso da história. São expressivos os trabalhos historiográficos que colocam em suas temáticas as mulheres como centralidade nos acontecimentos históricos. Especialmente a partir da década de 70 do século XX, especialmente com a expansão das contribuições da História Social. Anterior a isso, em via de regra, as mulheres se faziam presente nas produções historiográficas sempre na esteira do homem. E as produções historiográficas, de maneira geral, privilegiava os cenários públicos nos quais as mulheres não estavam inclusas. Como descreve Perrot (1988, p. 185), o “ofício de historiador é um ofício de homem que escrevem a história no masculino” que resulta em produções parciais e marcadas pela perspectiva patriarcal. Ainda segundo a autora, quanto aos registros sobre as mulheres, em geral limitam-se a arquivos privados como diários e cartas.

As mulheres foram também distanciadas da possibilidade de produzir história, especialmente a partir da institucionalização da história no século XIX, pois restringiam as pesquisas à fontes documentais oficiais e só considerava produção historiográficas aquelas cunhadas no espaço acadêmico, espaço esse que em via de regras as mulheres não se faziam presente (VASCONCELOS; FIALHO; MACHADO, 2018).

Essas mudanças se darão apenas no século XX, especialmente com a Escola de Annales. Movimento que permitiu a criação de novos métodos de investigação, com novas problemáticas e com uma visão interdisciplinar, além de um novo entendimento sobre sujeitos e documentos históricos. (RODRIGUES, 2015).

Soma-se ao movimento de renovação historiográfica advinda da Escola dos Annales, como afirma Scott (1990), o fortalecimento do Movimento Feminista nas décadas de 1960 e 1970, especialmente no continente Europeu e nos Estados Unidos que influenciaram substancialmente as produções sobre a História da Mulher. No âmbito da produção historiográfica, como aponta Soihet (1997), o movimento feminista foi imprescindível para a identificação da ausência das mulheres nas produções historiográficas e demandou produções sobre o que estava sendo discutido.

Como resultado desses dois movimentos, a renovação historiográfica ocasionada pela Escola dos Annales e o fortalecimento do Movimento Feminista, observou-se ainda na segunda metade do século XX, a consolidação de uma História das Mulheres.

Fazer a biografia de Rosa Fonseca, uma educadora e militante política cearense é também uma colaboração para a História da Educação, para a História da Educadoras e para a História das Mulheres ao passo que traz lança luz a vivências e memórias que não findam em si. É necessário que tais narrativas estejam instrumentalizadas por conhecimentos históricos que deem sentido, a partir dos aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos, sem se eximir das subjetividades, mas também, do seu caráter plural.

A biografia é um método historiográfico que amplia as perspectivas das narrativas históricas. A dimensão do indivíduo e de suas experiências colaboram para a desconstrução erguida pela historiografia moderna do século XVIII que limitava o sujeito histórico a sua singularidade e universalismo. Como advoga Assmann (2011, p. 147), memória e história são duas formas de representar o passado que se relacionam entre si onde, enquanto gênero narrativo, a Biografia opera muito bem nessa relação.

1.3. OS SENTIDOS DA ESCRITA BIOGRÁFICA

O estudo do tipo biográfico possibilita aos historiadores a utilização de novos métodos e de se pensar o fazer história, capazes de contemplar o cotidiano, as semelhanças e também as singularidades dos sujeitos.

A biografia, que tem sua origem ainda na Antiguidade Clássica, possui em sua longa trajetória uma multiplicidade de sentidos. Até pouco tempo, o gênero biográfico esteve diretamente associado a história tradicional do século XIX que buscava edificar uma identidade nacional e factual, logo, associada a construção das Nações. No século XX, a crítica a essa visão de história marcou a historiografia.

Na obra *O Pequeno X da Biografia*, Sabina Loriga (2001) critica esse movimento no qual, segundo ela, acabou por enfatizar a coletividade como único caminho de compreensão do processo histórico. Essa dualidade entre a história social e a história

individual, para a autora, ainda permanecem, como alternativa ela apresenta uma ferramenta metodológica. É especialmente a partir dos pressupostos teórico-metodológicos de Giovanni Levi e Sabrina Loriga que se buscou construir uma análise sobre a trajetória formativa e política da educadora Rosa da Fonseca.

Para Giovanni Levi (1992), a micro-história é uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes. O desafio dessa pesquisa é o de, a partir da biografia, conseguir fazer uma análise capaz de elucidar os aspectos socio temporais em tela. Dessa forma a análise buscou, a partir da gama de relações estabelecidas pela biografada e o seu contexto, fazer reflexões que descortinam o processo formativo de educadores, e suas imbricações, a partir do contexto geo-histórico. A micro-história italiana, que em linhas gerais significa a redução da escala, ou seja, a análise de pequenas realidades para melhor compreensão do todo, surge nos anos 1970 tendo como principais nomes Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Como define Levi (1991, p.133) a micro-história se constitui em uma prática historiográfica que possui variadas referências teóricas e “[...] não pode ser definida em relação às microdimensões de seu objeto de estudo.” Como lembra Barros (2007, p.167-168), a micro-história deve ser vista não como uma corrente historiográfica, mas como um “novo âmbito de possibilidades historiográficas” onde o “[...] olhar micro-historiográfico, podemos sustentar, pode ser conectado aos mais distintos aportes teóricos”.

Outra importante observação é que a micro-história não é sinônimo de estudo de pequenos espaços ou coisas, é a redução na escala de observação que possibilitam o pesquisador perceber aspectos que de outro modo passariam despercebidos. Em outras palavras, se pode dizer que é a construção da história a partir do micro, não necessariamente uma história sobre o micro (LORIGA, 2001).

Pensando a biografia como possibilidade de leitura sobre aspectos mais amplos que perpassam a vida do biografado. Na tipologia cunhada por Giovanni Levi (1991), o autor apresenta: prosopografia ou biografia moral; biografia e contexto; biografia e os casos externos; e, biografia e hermenêutica.

A tipografia do gênero biográfico idealizada por Levi abre possibilidades para a realização de biografias que superam a perspectiva linear e factual característica da

biografia tradicional. Pierre Bourdieu (2006, p. 183-191) alerta que o biógrafo não pode apresentar a vida do biografado como um relato coerente de fatos, isso levaria tal narrativa a uma “ilusão retórica”, para fugir de tal cilada, continua o autor, é preciso reconstruir o contexto, a “superfície social” em sua pluralidade de tempo e espaço. Em outras palavras, a biografia histórica precisa analisar o conjunto das relações objetivas.

Nesse estudo adota-se a perspectiva da biografia modal, que possibilita inúmeras combinações, já que comporta a partir da história de um indivíduo, abordar as características de um grupo em um determinado tempo e espaço. Em uma definição similar, Dosse (2009, p. 195), infere que a biografia modal consiste em “descentralizar o interesse pela singularidade do percurso recuperado a fim de visualizá-lo como representativo de uma perspectiva mais ampla. O indivíduo, então, só tem valor na medida em que ilustra o coletivo”. Uma permanente relação entre o biografado e seu contexto.

1.4. HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO E O ENCONTRO COM O SUJEITO

A trama formativa desde seus primeiros anos até a conclusão da sua graduação em Ciências Sociais se dá entre as cidades cearenses de Quixadá e Fortaleza, nas décadas de 1940 a 1970.

A primeira metade do século XX, em âmbito nacional, é marcada por importantes mudanças socioeconômicas transcorrida por um projeto nacionalista e desenvolvimentista que buscava forjar nas terras brasileiras um país moderno, em outras palavras, tentava-se crivar em território nacional uma nação urbana e industrializada. Desse processo resulta a suposta necessidade de ampliação do acesso à educação formal. Pois será “[...] pela via da educação que a escola irá realizar a reforma dos costumes e preparar os cidadãos de ambos os sexos para a vida pública” (SAVIANO, 2008, p. 157).

O campo educacional, tem sua história marcada pela ausência de políticas, principalmente a partir das primeiras décadas do século XX, que se ver inundadas por sucessivas tentativas de implantação de modelos educacionais, estes, na grande maioria das vezes, inspirados nos moldes educacionais de países considerados

desenvolvidos onde as instituições escolares foram postas como imprescindíveis para o progresso nacional e para a modelação no “novo” modelo de família que emergia, esse nuclear e urbano (FLORENCIO; FIALHO; ALMEIDA, 2017).

As instituições escolares, desvelam “toda a panóplia de meios, estruturas, agentes, recursos, mas também as marcas socioculturais e civilizacionais que os estados e outras organizações mantêm em funcionamento para fins de permanência e mudança social” (MAGALHÃES, 2005, p.14). Nessa tentativa de forjar uma cultura letrada para o Brasil, característica do Estado Republicano, as instituições escolares passaram sofrer um maior controle estatal onde, objetivando “formar um homem novo” canalizou para os professores uma simbólica relevância (NÓVOA, 1992, p. 17).

Os professores, agentes centrais nas tramas institucionais da educação, tem na sua história formativa e laboral uma discrepante posição: sempre ocupou lugar central nos discursos e expectativas das políticas educacionais sem com isso ter refletido tais anseios no campo prático. Como alerta Manoel (2011), a história da formação de professores no Brasil se dá inicialmente sobre os auspícios de Igreja Católica e só depois ofertadas por instituições reguladas pelo estado, a exemplo das Escolas Normais.

No que concerne ao debate sobre a ampliação da educação se tomar um cenário os debates advindos especialmente após a proclamação da república, em 1889 que, longe de ser um marco de mudanças reais no cenário brasileiro, nas palavras de José Murilo de Carvalho (1998, p. 23), o povo “assistia aquilo bestializado sem saber o que significava, julgando tratar-se de uma parada militar”. Como coloca o autor, a passagem para o regime político republicano é representativo dos anseios da elite política e econômica do Brasil, onde a grande massa da população, analfabeta, diga-se de passagem, estavam a margem e alheios a essas tomadas de decisões, defendido apenas por uma pequena burguesia urbana.

Advinda dessa política se fortalece, contraditoriamente ao discurso de modernização e renovação política, as práticas coronelistas, especialmente na região Nordeste, possíveis a partir dos mecanismos eleitorais representativos adotados a partir de então.

No Ceará, essas contatações também podem ser visualizadas. No apagar das luzes do século XIX o oligárquica Nogueira Accioly, importante líder político do

estado, divaga sobre essa relação entre o progresso e a necessidade de se criar uma rede de ensino.

A verdadeira causa desse zelo pela difusão do ensino é que a fonte essencial da prosperidade de um povo, o seu futuro provém do grão de instrução e de educação a que póde atingir – que a gloria, a prosperidade de uma nação dependem de sua cultura intellectual e moral – que a escola hoje mais que nunca, é considerada a garantia necessária da ordem social, e na ignorância, o eterno inimigo dos povos, é que está hoje o perigo. (CEARÁ, 1898, p, 12)

Observa-se na história do Ceará que esse discurso de Accioly era comungado por vários políticos e intelectuais, o discurso de que a escola deveria ser acessada por todos como essencial para o progresso, não podendo, portanto, ser um privilégio de poucos.

Demerval Saviani (2008, p.177), analisando a primeira república, sinaliza que houve momentos de intensos debates sobre as ideias liberais e, nesta, a defesa da ampliação do processo de escolarização, justificada também pela necessidade de ampliação do contingente eleitoral. Era preciso transformar a grande massa de analfabetos em cidadãos letrados.

Na esteira do contexto brasileiro, o cenário cearense não destoava das demais regiões quanto ao expressivo número de pessoas analfabetas. Nos primeiros anos do século XX cerca de 85% da população não era alfabetizada. Esses “[...] números expressam a permanência do elitismo gerado pelas condições que propiciaram o afastamento das camadas populares do acesso à escola” (VIEIRA, 2002, p. 134).

1.5. “ONDE SE CONTA UMA HISTÓRIA”: QUIXADÁ E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Localizado no semiárido cearense, a cidade de Quixadá localizada a 170 km de distância da capital cearense, Fortaleza, na aurora do período republicano, é elevada a cidade, em certa medida pelo impacto econômico que a plantação e beneficiamento do algodão provocou.

Outro fato marcante no desenvolvimento da cidade de Quixadá foi a construção do Açude Cedro que se inicia ainda no ano de 1884, com a chegada no

Ceará da Comissão de Açudes, com o propósito de construir um grande açude que resolvesse definitivamente o problema da seca, desenvolvesse as práticas agrícolas e melhorasse a vida da população.

A construção do Açude Cedro faz parte de um desencadeamento das decisões do Governo Imperial que objetivava construir um local capaz de comportar grande volume de armazenamento de águas. O sertão de Quixadá foi escolhido para abrigar esse grande monumento hidráulico. As obras atraíram grande contingente de sertanejos ao Sertão Central que, muito além de tornar-se um local de abastecimento de água em territórios atingidos por grandes estiagens. No mesmo período, foram construídas no Ceará, em certa medida pela grande produção de algodão da época, duas grandes Estradas de Ferro, uma delas, a Estrada de Ferro de Baturité, que tinha como uma das estações a cidade de Quixadá ainda no final do período imperial.

Candido (2014, p. 19) descreve tais construção como o “[...] recrutamento de milhares de imigrantes arruinados para construir ferrovias, portos ou açudes foi a principal proposta das elites ao lidarem com as secas da passagem do século XIX.” Aproveitar a mão de obra de milhares de desalentos era uma medida sugestiva que comumente os políticos adotavam já que “o emprego dos retirantes em obras públicas também servia como ‘solução’ para problemas mais abrangentes da sociedade cearense, especialmente para aqueles que tocavam os interesses de suas elites” (CANDIDO, 2014, p. 19).

Nas primeiras décadas do século XX, Quixadá começa a criar ares mais urbanos com centro comercial diversificado e a presença de instituições, entre elas escolares, em partes empreendidas pela Igreja Católica, como o sistema elétrico e a estação telegráfica, dinamizado pelo “ouro branco”, como era chamado o algodão na época. Ainda na primeira metade do século XX, a cidade de Quixadá se mostra como importante cidade do Sertão Central cearense (COSTA, 2002).

Esse é o cenário que se dá a constituição familiar de Rosa da Fonseca e onde ela vivera toda a infância e adolescência. Filha do português Manoel Rodrigues da Fonsêca e da quixadaense Maria Rocilda Ferreira da Fonseca, nossa biografada é a sexta de uma prole de dez filhos do casal. Para que se compreenda as similitudes que levaram

Rosa da Fonseca a ter uma icônica trajetória no cenário educacional e político cearense é necessário compreender seu arranjo familiar e os acessos que lhe foram possibilitados.

O “seu Manoelzinho da Padaria Estrela¹”, que já residia na cidade de Fortaleza desde o ano de 1924, chega na cidade de Quixadá, no início da década de 1930, com o intuito de trabalhar na Padaria Estrela do Norte, estabelecimento pertencente a seu tio e que anos depois viria a ser sua. Seu Manoelzinho constituiu família com a senhora Maria Rocilda Ferreira da Fonseca, natural de Quixadá em 1941.

Na narrativa de Rosa da Fonseca, assim como em outros materiais localizados, como matérias jornalísticas, a biografada sempre aponta para sua mãe como figura essencial em várias fases da sua vida. Descrita pela própria Rosa da Fonseca como uma mulher à frente do seu tempo. A afirmação é endossada em um trabalho memorialístico sobre a Dona Rocilda, desenvolvido pelo radialista local Amadeu Furtado o qual descreve:

O canto dos pássaros só era interrompido pelo apito do trem que evocava a saudade ou a festa pela chegada de alguém. Por um momento, as atenções de todos se voltaram para a passagem de um transporte bem popular na cidade, a charrete. O que chamava a atenção de todos era o fato de ser conduzida por uma linda jovem, de cabelos curtos, pele brilhante, rosada. [...] Nas outras vezes, andava de bicicleta, escalava montanhas. Maria Rocilda Ferreira da Fonseca foi, sem nenhuma dúvida, responsável pela mudança de comportamento de gerações².

O trabalho comemorativo desenvolvido pelo jornalista, do Jornal O Povo, Erico Firmo (2017, p. 25) descreve dois elementos marcante na constituição familiar que iriam influenciar os primeiros anos de vida da Rosa Fonseca: o ativismo político e a religião. Segundo Firmo, enquanto a “[...] mulher fazia política, Seu Manoelzinho se voltava para a religião. Devoto, participava da Sociedade São Vicente de Paulo e se envolvia em ações de caridade”.

É pertinente salientar que a família de Rosa, diferente de boa parte dos sertanejos da época, dispunham de recursos básicos necessários para garantir, por exemplo, que Rosa e seus irmãos tivessem condições para garantir instrução educacional a todos os filhos. Em entrevista, a professora salienta o papel fundamental que sua mãe tivera na vida formativa dela e de todos os irmãos. Ela diz: *“Porque a minha mãe tinha estudado,*

¹ Matéria do jornal Diário do Nordeste de 22 de fevereiro de 2005.

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/manoelzinho-da-padaria-e-homenageado-1.221309>

² <http://amadeufilhoquixada.blogspot.com/>

gostava muito de ler e desenvolveu em todos nós esse gosto pela leitura, mas, ela nunca teve condição de, digamos assim, desenvolver uma atividade fora de casa porque eram 11 filhos.” (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018)

Quando indagada sobre suas primeiras experiências docente, Rosa da Fonseca identifica sua atuação como catequista³, desenvolvida por volta dos doze anos de idade. Mais do que uma experiência docente, a fala denuncia o grau de vulnerabilidade vivido pelo povo sertanejo na primeira metade do século XX. Inclusive ela associa sua “sensibilização social” ao contato nesse trabalho com pessoas bem pobres e destaca um episódio que lhe marcou em uma das casas que desenvolvia a atividade de catequisar.

Ela descreve:

[...] era cheio de menino, aí uma das vezes que eu fui eu senti falta de uma das crianças aí perguntei e ela disse: ‘graças a Deus, Deus chamou’. Aí eu ‘Graças a Deus?’ fiquei pensando. ‘Mas porque dona Nazaré?’- ‘porque eu sei que lá ele não tá sofrendo. (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018).

A Igreja Católica, na História do Nordeste brasileiro, dada a ausência de políticas públicas e a notória desigualdade social, tem um papel de relevância social junto aos mais desprovidos de recursos, aos mais miseráveis. Destaca-se a sua atuação de caridade, quando não material, espiritual.

O período narrado por Rosa da Fonseca coincide com um processo de renovação por qual passava a Igreja, com a criação da Ação Católica Brasileira em 1935. Um movimento leigo que tem o intuito de reforçar em todas as camadas sociais os valores do cristianismo. Delgado e Passos (2007, p. 101) descrevem como “uma grande escola de apostolado e militância cristã, com rigorosa e eficaz formação de seus quadros. Era o braço da hierarquia estendido no campo social, político e cultural”.

Rosa da Fonseca tem, por tanto, na Igreja Católica, fortes influências, destas, destacam-se e ganham ressonância em seu processo formativo a construção política alinhada a busca e justiça social. Essa aproximação da família de Rosa com Igreja, especialmente com a filosofia presente na a Ação Católica Brasileira, marcou a sua

³ O catecismo é uma formação religiosa, voltada especialmente para crianças, preparativa para a primeira comunhão. Os catequistas, muitos leigos, são os instrutores dessa formação.

trajetória familiar. Para Rosa, tanto do ponto de vista espiritual, quanto do ponto de vista político, a Igreja Católica lhe influenciou muito, pelo menos até a juventude.

Teve dois padres que coincidente foram, estiveram em Quixadá como coadjutores. Lá em casa, era atrás da igreja e meus eram realmente muito católicos e os padres terminavam a missa e iam tomar café lá em casa. Então o Padre Moacir Cordeiro Leite, que tinha sido colega dos meus irmãos na época do seminário e era ligado a esses movimentos progressista da igreja e o Padre Tarcísio Santiago que depois deixou a batina mas era o orientador espiritual e eu vinha de Fortaleza para cá para conversar, depois que ele veio embora, porque ele passou um tempo lá em Quixadá, pra conversar com ele e tal. (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018).

Ainda sobre as primeiras experiências docente escolar, a biografada diz que o trabalho e a formação escolar, acontecem concomitantemente, inicialmente na cidade de Quixadá e, após completar o ensino secundário, na cidade de Fortaleza. Ela nos informa acerca do contexto em que se deu sua primeira experiência como professora, com apenas 13 anos:

[...] em 62, quer dizer eu tinha 13 anos, né? Veio ainda no governo Jango a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo e eu e a minha irmã mais velha, uma das irmãs mais velhas que era professora também e entrou nessa campanha e eu “pufu” também. Eu já fui ser, fazer uma turma de alfabetização de adultos. (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018).

Rosa da Fonseca inicia a docência através de um programa que visava erradicar o analfabetismo Brasil, problema presente até os dias atuais. A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo - CNEA, citado por ela, foi um programa resultante de mobilizações sociais que começaram a ganhar fôlego no Governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) e seu projeto desenvolvimentista. Na prática, como podemos ver na própria inserção da Professora Rosa da Fonseca, entre as várias críticas feitas ao referido programa, na formulação e na sua execução, destaca-se o elevado número de professores leigos, especialmente longe dos grandes centros urbanos (PAIVA, 1987).

Precocemente Rosa da Fonseca assume uma turma de jovens e adultos na cidade de Quixadá. Esse encontro, e o estranhamento é descrito pela biografada com muito saudosismo, visto inclusive nas suas expressões faciais. Ela diz:

E era muito interessante porque realmente eu era a mais nova da classe né! E foi uma coisa muito, muito prazerosa porque os... depois eu encontrei pessoas né, um senhor que trabalhava como carroceiro, que me encontrava e agradecia por que tinha aprendido a ler e escrever comigo lá naquela turma nessa campanha. (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018)

A narrativa traz várias peculiaridades das cidades interioranas, sejam os aspectos educacionais ou sociais. Carroceiro, profissão citada por Rosa da Fonseca, eram os condutores de carroça puxada por animais, especialmente por burros. Nessa relação presente e passado e ideário de progresso, característico do século XX, as memórias da biografada trazem nuances várias, a exemplo da criação de uma tímida rede de ensino em seu município natal.

Quando questionada sobre a escolha pela docência, ela aponta que no município fazer o curso normal era a única possibilidade, ainda assim, reitera que a docência foi uma escolha. Ela diz: “Lá em Quixadá não tinha ainda o Científico, mas mesmo que tivesse eu acho que eu teria feito a opção que eu fiz, que foi fazer o curso normal pedagógico, porque realmente eu sempre tive vontade de ser professora”. (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018)

Rosa da Fonseca estudou no Colégio Sagrado Coração de Jesus, uma escola confessional que teve sua fundação no final da década de 1940. Dirigida pela Congregação das Filhas do Sagrado Coração de Jesus. Como aponta Araújo (2006, p. 99-100), a edificação da instituição contou com campanhas de solidariedade na própria cidade. Iniciando suas atividades com ensino primário, a partir de 1940 passou a ofertar o Curso Normal Rural. “Em 1959, o Colégio Sagrado Coração deixa de funcionar como normal rural, transformando-se em Curso Pedagógico, perdurando até o ano de 1989, quando foi totalmente extinto o ensino médio na escola”.

Segundo Firmo (2017, p.31), foi nessa instituição que Rosa da Fonseca começou a desenvolver suas habilidades militantes. Foi presidente do grêmio estudantil e começou a partir de forma mais orgânicas das atividades advindas da Ação Católica Brasileira, especificamente por meio da participação da Juventude estudantil Católica, Juventude Operária Católica e Juventude Universitária Católica, popularmente conhecidas como JEC, JOC e JUC.

Paralelo a militância e a sua formação, a biografada continuou exercendo a docência. Entre suas várias narrativas, rosa sempre articula a sua politização à aproximação aos movimentos católicos, das questões sociais e da sua ininterrupta

atuação docente. Enquanto fazia seu curso pedagógico atuou como professora substituta, e sem muito resguardo legal, nos dois grupos escolares da cidade. Ela explica:

Já arranjei um contrato porque comecei a trabalhar ainda como estudante. comecei a trabalhar inicialmente nos grupos escolares substituindo. Porque sempre foi muito estudiosa, sempre gostei muito de estudar, sempre me destacava, então é... “ta precisando de um estudante estagiário para preencher a vaga de uma professora que se aposentou ou que tá de licença e tal”, aí eu thum. Dei aula no grupo José Jucá, no Benigno Bezerra que era do lado, isso tudo novinha com 15, 16, 17 anos né! (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018).

A professora Rosa trabalhou nos dois grupos escolas da cidade, ainda no início de sua juventude. O Grupo Escolar José Jucá, fundado ainda em 1923, primeira Escola Pública da cidade, e a Escola de 1º Grau Benigno Bezerra. Com a chegada de mais uma escola na cidade, um colégio estadual que ofertava o antigo ensino científico, mesmo sem preencher os pré-requisitos legais, Rosa da Fonseca foi incorporada ao quadro docente. Ela explica as razões:

E depois foi um colégio estadual para Quixadá e eu já comecei também a dar aula no colégio estadual porque a gente já tinha aula de física, química no normal, tinha essas disciplinas e eu sempre me destacava. E aí na época realmente o quadro de professores era muito limitado e criaram ou existia, não sei quando foi criado, mas existia uma figura que era o professor licenciado, não, a licença precária era o que? Era nos locais onde não tinha professor formado, pessoas com nível médio ou estudante da universidade tinha uma licença precária que podia ensinar no segundo grau.

A escola estadual citada por Rosa é o Colégio Coronel Virgílio Távora, fundada em 1965, primeira instituição pública a ofertar ensino secundário na região do Sertão Central. Cabe salientar que até esse período, em âmbito nacional, boa parte das professoras eram normalistas e que ao logo da segunda república, interrompida pela instalação do regime militar em 1964, houve importantes debates sobre as políticas educacionais, entre elas, de formação de professor e a ampliação da rede de ensino.

Com o advento de uma instituição de ensino secundário na cidade de Quixadá, a narrativa da biografia sinaliza a ausência de professores com formação e qualificação mínima. Rosa da Fonseca fala que sua irmã mais velha foi contratada para lecionar geografia e ela para as disciplinas diversas: *“Ciências, Português, Matemática porque realmente tinha pouca gente e eu, como eu dominava o assunto, então foi uma coisa assim muito, também muito interessante porque eu sempre fui muito vibradora mesmo pela educação, né?”*. (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018).

A professora conta com muito entusiasmo sua passagem por essa instituição. Ela identifica que nesse espaço buscou criar ações educacionais interativas. Como a instituição não possuía laboratórios, ela narra que residia na mesma praça que o colégio e que era corriqueiro levar utensílios da sua casa para a escola. Nas palavras dela “*era só atravessar a praça para ir para o Colégio, aí lá ia eu com fogareiro, com café, com coisa para fazer algumas pequenas experiências que eram possíveis na naquelas condições, né*”. (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018).

Falando sobre as limitações estruturais e como buscou criar alternativas para tornar as aulas mais convidativas, rapidamente Rosa da Fonseca lembra que foi nessa experiência, no Colégio Coronel Virgílio Távora, que tivera seus primeiros contatos com o movimento sindical.

Almeide (2017, p. 112) em estudo sobre associações de professores,⁴ discorre sobre o cenário laboral dos professores suplementares, termo utilizado para denominar os educadores que não tinham vínculo direto com o Estado, estes recebiam salários mais menores e “também enfrentavam atrasos em seus vencimentos. Já no início dos anos 1960 havia uma parcela do magistério secundarista que apresentava condições precárias no exercício da atividade docente”.

A constatação dessa precariedade da profissão docente certamente influenciou na criação e fortalecimento de organizações da categoria. É nesse processo de expansão da rede de ensino secundarista e de precarização da profissão docente que Rosa da Fonseca começa o seu engajamento político mais direto. Ela narra, anunciando como “minha primeira greve”:

Então foi nessa condição inclusive que eu participei da minha primeira greve. Que foi, pelo que eu me lembro, acho que foi 67 porque estava seis meses o Estado sem pagar os professores e tinha uma associação que era APLEC, que era Associação dos professores licenciados do estado do Ceará que era justamente essa condição, que não era nem a APEOC era a APLEC. E aí na época o presidente inclusive era o Jaime Alencar e ele chamou uma assembleia aqui na UECE e a gente veio, eu, a minha irmã e outras pessoas. Lá decretou uma greve para o pagamento dos salários atrasados né. (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018).

⁴ Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil - Volume 3: Com escritos sobre a Argentina, Colômbia, Inglaterra, Japão e Peru, Volume 3 Carlos Bauer 2017

Nesse período, em que Rosa da Fonseca começa a se aproximar mais das lutas sociais, ela diz já ter a “*consciência de que a sociedade estava errada e que tinha que ser as pessoas, nós pessoas humanas, que que tínhamos que mudar*”. Nesse momento, em que conclui o ensino secundário, ela começa a se afastar dos preceitos religiosos e a se aproximar, cada dia mais, das pautas políticas nacionais. Ela reflete sobre esse processo:

Porque teve um período que eu ainda fiquei com aquela ideia de rezar, de fazer sacrifício e não sei o que, que era pra ver se Deus se condoía do sofrimento do povo. Depois é que eu fui entender que Deus não tinha nada a ver com isso, que era problema da própria sociedade e da humanidade, então se era problema da humanidade, a humanidade é que tinha que resolver né. (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018).

Esse afastamento dos auspícios religiosos e maior interesse pelo campo político é atravessado pelo próprio cenário nacional, que se vivia em pleno regime militar desde 1964, bem como pelo envolvimento dos seus irmãos mais velhos com organizações de esquerda, o que lhe influenciou.

1.6 “EU VENHO LÁ DO SERTÃO”

Em meados de 1967, Rosa da Fonseca diz ter tomado uma decisão que foi muito séria na vida, que foi sair de Quixadá e ir para Fortaleza. A biografada pondera, com certa jocosidade, qual seria o seu destino caso tivesse ficado em sua cidade natal “*era um noivado, um casamento que estava já quase para se realizar. Aí eu, pufo, saí fora e vim. (risos) Tinha até as coisas, os móveis, estava bem adiantado o noivado. Aí eu resolvi romper e vim para Fortaleza*”. (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018).

A escolha de Rosa da Fonseca, de não seguir um projeto de matrimônio que lhe deixaria “presa” na cidade vizinha, Quixeramobim, leva-lhe a seguir os passos de alguns dos seus irmãos que já residiam na capital cearense. Seus dois irmãos homens foram seminaristas, e o Fonseca se engajou na luta política.

O acesso às obras de cunho político, dar-se inicialmente através dos irmãos, antes mesmo de mudar-se para Fortaleza; ela recorda que tudo que os irmãos iam lendo, levavam para ela ler também. Ela destaca uma obra que lhe marcou nesse período: “*tinha um livro que teve um papel importante na minha vida, ainda era ligada a concepção*

religiosa, que era “Construir o Homem e o Mundo”, de Michel Quoist, ainda hoje me lembro do nome.” (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018).

Já em Fortaleza, a partir de 1968, Rosa da Fonseca passa a fazer outras leituras, estas de cunho marxista, ela cita textos e livros do Marx, do Mao Tsé-Tung, do Stalin. Indagada sobre a supervisão dos seus pais quanto as leituras e envolvimento dos filhos com movimentos políticos, ela diz que seus pais só tiveram dimensão do que estava acontecendo quando os filhos foram presos. Nas palavras da Rosa:

Não. O meu pai não percebia muito não mas acho que a mamãe percebia. Agora eles tinham, como eles tinham muito forte ideia do Respeito, da Solidariedade as pessoas humanas e tal, tal, tal, então isso aí ajudou, isso aí também contribui né! Só que eu acho que eles só foram ter dimensão mesmo das coisas quando a gente foi preso. Mas até então acho que eles achavam que a gente participava de tudo, mas não tinham dimensão das coisas.

Rosa da Fonseca, e dois dos seus irmãos, foram presos político, em um momento da história do Brasil marcado pelo cerceamento de liberdade e criminalização das organizações sociais e políticas, dados pelo fechamento político da ditadura militar.

Rosa e seus irmãos faziam parte da União Nacional dos Estudantes – UNE. O movimento estudantil desde final da década de 1950, e com forte influência da ala mais crítica da Igreja, agremiados na Ação Popular, girou cada vez mais para as ideias críticas, consolidando sua posição de esquerda na aliança com o Partido Comunista Brasileiro.

Pode-se dizer que de 1964 a 1968, ano em que foi promulgado o Ato Institucional nº5, ainda havia uma certa liberdade, mesmo que restrita. Nesse período, o Movimento Estudantil foi responsável por várias manifestações em todo o território nacional, mas especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Esse contexto de luta e repressão marcaram diretamente a história da família Fonseca.

Quando Rosa da Fonseca muda-se para Fortaleza, seus irmãos Manoel Fonseca e Fatinha já participaram do Movimento Estudantil e da Ação Popular. O engajamento político e afiliação em organizações são processos que levam um tempo quando se vem de outras cidades, especialmente cidade pequenas, mas no caso de Rosa da Fonseca ela já chegou totalmente engajada com o movimento. Ela descreve a atmosfera política que encontrou na capital da seguinte forma: “a casa da minha irmã casada era quase que um centro de articulação do movimento, que a gente brincado, do movimento subversivo.

Mas o certo é que eu já com pouco tempo, eu já estava dentro da organização da Ação Popular.” (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018).

Para não depender dos pais, a biografada procurou trabalho e, como já tinha experiência, logo conseguiu lecionar em três escolas privadas da cidade, Colégio Júlia Jorge, Colégio Santa Lúcia e no Colégio São João. O último era dirigido pelo professor Odilon Gonzaga Braveza, lembrado pela biografada como afeito, quando narra sobre o momento de sua prisão, com se poderá observar mais à frente.

Ainda em 1968, da Fonseca fez um cursinho de Língua Portuguesa e no segundo semestre começou outro curso sobre método Paulo Freire com a professora Ruth Cavalcante. Segundo ela, a ideia era dominar o método Paulo Freire para poder realizar atividades de base junto aos operários.

Era a forma de aquela ideia de a gente levar junto com aprender a ler e escrever, a questão da consciência né! Então, e a Ação Popular, que era a organização que eu passei a fazer parte, que era uma organização clandestina, tinha esse objetivo. Como tinha a ideia de que a classe operaria tinha um papel central no processo revolucionário, então a gente tinha que ver todas as maneiras de chegar a classe operaria e uma das maneiras que se pensou, foi os estudantes através do método Paulo Freire ir dar aula para as operárias, para os operários para puxar para movimento né. (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018).

O curso de Alfabetização pelo método Paulo Freire mencionado por Rosa da Fonseca era ministrado por Ruth Cavalcante, graduanda em Pedagogia na UFC e militante da Ação Católica. O curso, assim como os planos da Ação Popular, foram interrompidos com a promulgação do AI-5, no dia 13 de dezembro de 1968. Em seguida, Ruth Cavalcante e outros militantes foram presos e os que não foram capturados ficaram apreensivos, entraram na clandestinidade ou se esconderam.

A partir daqui a história de formação docente confunde-se com a história de atuação política da biografada. Rosa da Fonseca é aprovada no vestibular e inicia a graduação em Ciências Sociais, em 1969. Ela frisa que desde que chegou à metade do bacharelado ela já começou a cursar também as disciplinas da licenciatura porque desde o início queria mesmo ser professora.

Quando Rosa da Fonseca inicia seus estudos na Universidade, ela passa a conciliar suas atividades acadêmicas com o trabalho docente e com a militância política. Essa última lhe requeria uma dobrada atenção dada o caráter da clandestinidade. Ela

lembra: “a gente tentando com quem sobrou, e com quem entrou, ver como é que a gente ia reorganizar o movimento estudantil porque tinha sido extinto Centro Acadêmico, uns foram fechados, todos os partidos e tudo”. (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018).

Com estratégia, o movimento estudantil manteve na clandestinidade o Diretório Central dos Estudantes – DCE e os Centros Acadêmicos – CA’s. “Em paralelo buscaríamos os espaços institucionais legais, como a Federação Universitária Cearense de Esporte (Fuce) [...]. Sem vínculos com esportes, Rosa foi para cargos de representação estudantil” (FIRMO, 2017, p. 43). Rosa da Fonseca narra esse processo:

E aí, bom! Consegui né, fazendo curso, participando dos movimentos e tal, nessa condição é que eu cheguei a representante no Conselho Universitário, que era uma estratégia que a gente tinha feito para poder ter espaço de contato com os estudantes (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018).

Como Rosa da Fonseca não era conhecida na cidade, rapidamente chegou à representação discente no Conselho Universitário. Foi nessa condição que a convidaram para participar de um debate com o Jarbas Passarinho, Ministro da Educação do governo de Emílio Garrastazu Médici, responsável por reformas no campo educacional, com destaque para LDB 5692/71.

Conjuntamente, o grupo político que Rosa da Fonseca participava avaliou que ela deveria participar do debate. Como seria um debate ao vivo, transmitido pela TV Verdes Mares, o plano era topar participar da farsa. A Reitoria da UFC e o próprio ministro da educação queriam passar ao público a ideia de que havia diálogo na instituição, já os planos da Rosa era de desmascarar o governo.

O debate aconteceu no dia 16 de junho de 1971, nas instalações da TV Verdes Mares. Rosa não hesitou em usar o espaço para fazer denúncias que não se limitariam ao campo da educação. Foi questão de tempo para que a Rosa fosse presa. Ela avalia:

Isso foi em 71, eu estava no terceiro ano da faculdade né. E aí pronto, logo depois eu fui presa né, fui enquadrada no 477, uns dois meses depois. Eles tentaram me encontrar, eu consegui fugir e depois o pessoal, a gente, com o movimento tanto da organização da AP como do DCE, que se reunia tudo na clandestinidade, se avaliou que pelo fato de eu ser representante do Conselho Universitário, de eu nesse debate ter tido uma ampla repercussão e tudo, eles mandaram uma intimação dizendo que queriam que eu desse uns esclarecimentos. Aí o pessoal avaliou que talvez fosse o caso mesmo de eu ir lá dar esses esclarecimentos e tal (risos). (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018).

Mesmo conseguindo fugir inicialmente, Rosa da Fonseca e seu grupo político avaliaram de forma equivocada o que a biografada deveria fazer quanto a intimação. Esse erro lhe custou dois anos e dois meses da sua vida, com presa política.

Um detalhe interessante desse momento da narrativa é a ênfase dada por Rosa da Fonseca, ao seu patrão, professor Bravessa, diretor da Escola São João:

Doutor Braveza, que era o diretor do colégio, teve uma posição assim incrível. Teve uma dignidade incrível que eu fui presa acho que, tenho que precisar essa data porque eu nunca me lembro. Acho que foi setembro. O certo é que ele pagou meu salário até o final do semestre e ainda fez as contas com 13º e tudo que tinham direito e foi minha testemunha de defesa quando eu fui ter o julgamento na auditoria militar. Então ele foi realmente extraordinário, doutor Odilón Bravessa. (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018).

Sobre a prisão, Rosa conta que os três primeiros meses foram horríveis. Eram muitos os interrogatórios, acompanhados de espancamentos e ofensas. Das poucas distrações que lhe eram permitidas, encontrou nos livrinhos de palavras cruzadas que recebia das irmãs, uma forma de denunciar. “Desde criança havia brincadeira em família de falar as palavras ao contrário, com sílabas de trás pra frente. Em uma das palavras cruzadas, escreveu: ‘DARATUTOR’. Em ordem inversa: torturada” (FIRMO, 2017, p.17).

Suas irmãs decodificaram a mensagem enviada por Rosa. Quando dona Rocilda toma conhecimento, confrontou do diretor da Polícia Federal, na Igreja de Fátima, em Fortaleza, pediu espaço para denunciar durante a missa. Escreveu cartas para Raquel de Queiroz, para várias pessoas do judiciário, ao presidente Emílio Médici e até mesmo ao Papa Paulo VI. (FIRMO, 2017, p. 18).

O drama da família Fonseca e a luta por garantias de segurança mínima, não se limitou a prisão de Rosa. Dois irmãos e uma cunhada sentiram o peso da perseguição política. A biografada descreve como seus irmãos e cunhada foram presos na cidade de Recife – PE.

Eles foram super torturados, a minha cunhada foi super torturada e as crianças sequestradas. A minha irmã mais velha também foi presa lá em Recife. E a que era professora comigo lá no colégio estadual, depois ela não seguiu não. Era Assistente Social aí entrou na clandestinidade, passou quase 10 anos na clandestinidade. Ela só voltou quando terminou a ditadura né. Acho que não foi nem na Anistia, ela só voltou mesmo quando a Ditadura acabou. Aí tinha tido filho aqui, que depois a mãe foi deixar lá onde ela tava. (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018).

Rosa da Fonseca é uma mulher admirável, pela sua trajetória, pelo vigor que carrega até os dias de hoje, pela memória que teima em não confundir uma data, ou a cronologia dos fatos. Mas quanto a prisão, ante as dores e medos, ela parece fazer um exercício, se não de esquecer, mas de não verbalizar. São poucas as palavras a esse respeito.

O julgamento de Rosa da Fonseca aconteceu apenas em 1973, condenada a dois anos de prisão, foi enquadrada no artigo 14 da Lei nº898 de 1969. Com já estava presa a dois anos e dois meses, foi imediatamente solta. Em liberdade, ela não pôde voltar a Universidade para concluir seu curso, pois havia sido enquadrada no decreto-lei nº 477 de 1969. Este previa a punição a toda comunidade acadêmica que fosse acusada de subversão ao regime. No caso dos estudantes, eles eram expulsos e ficavam impedidos de retornar a Universidade por três anos, logo Rosa da Fonseca teve que esperar mais um ano para voltar a UFC. nesse período, ela ficou na casa dos seus pais, em Quixeramobim.

Quando retorna para a capital, novamente consegue emprego, mas agora no Instituto Alencar, uma escolinha pertencente a Nildes Alencar, irmã de Frei Tito Alencar. Rosa da Fonseca conta que, pelo fato de ter sido presa, as escolas não lhe aceitavam como docente. O retorno de Rosa coincide com a criação do Movimento Feminino pela Anistia. Foi em um desses encontros que a irmã do Frei Tito a chamou para trabalhar, como uma forma colaborativa também.

Como boa parte dos quadros políticos da época, Rosa da Fonseca e seus aliados entraram no PCdoB, de modo que a biografada dividia suas atividades entre o partido e o Movimento Feminino pela Anistia.

Terminando a graduação, logo em seguida, Rosa da Fonseca e sua irmã passaram para em um concurso para Secretaria da Fazenda, porém não queriam deixá-la assumir, ela narra que depois soube que estabeleceram condições: *“um lugar distante, de difícil acesso, de difícil comunicação. Pereiro é a cidade. Fica para lá de Jaguaribe. O ônibus descia na estrada, dificuldade de telefone parece que só tinha 01 telefone na cidade”*. (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 08/11/2018)

Ela explica que já na primeira semana percebeu que não seria aquilo. Em seguida, em 1982, fez o concurso para professor do município de Fortaleza e Rosa da

Fonseca não hesitou em escolher a docência. A partir dessa inserção, ela novamente ganhou lugar de destaque, agora na reorganização do movimento sindical e dos movimentos sociais, que começam a surgir a partir do processo de redemocratização brasileira.

1.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a trajetória formativa da educadora e militante política Rosa Maria Ferreira da Fonseca, desde sua infância até a conclusão de sua graduação (1949-1982). Como objetivos específicos se buscou perscrutar o cenário sócio histórico que Rosa vivera: Quixadá e Fortaleza dos anos 1940 a 1970; traçar as experiências formativas e laborais da biografada e analisar a inserção e imbricações da atuação política de educadora Rosa da Fonseca até o período de conclusão de sua graduação.

Pesquisas dessa natureza colabora para que socialmente os professores sejam vistos como sujeitos de uma história que não se limita ao exercício da profissão. Se pôde entender aspectos da trajetória individual da biografada. Sua estrutura familiar, as influencias sócio-religiosas, suas opções, sua trajetória. Mas foi possível também, no campo do concreto, observar os meandres de um período nebuloso do Brasil, o Regime militar.

Em certa medida, contar a história formativa Rosa da Fonseca, possibilitou também revisitar períodos da História do Brasil marcados por desigualdades e atrasos, mas também por resiliências e resistências.

O estudo em tela possibilita fazer reflexões sobre as contribuições da memória, e da história oral, para o campo da História da Educação, especificamente sobre a trajetória sócio-histórica dos professores, haja vista que o curso histórico da formação de professores no Brasil não se dar de forma descontextualizada.

A partir das memórias da biografada se pôde ter acesso a várias similitudes já analisadas pela historiografia da educação, entre elas, o próprio processo de ampliação

da rede educacional brasileira que se desenha na metade do século XX, ou ainda a ressonante influência da Igreja Católica no processo educacional escolar e não-escolar.

Por outro lado, a busca por reconstituir a trajetória formativa de Rosa da Fonseca, traz à baila importantes aspectos históricos da formação de professores, especialmente no período do Regime Militar. Como se evidencia nas falas da biografada, o tornar-se professor, ou a formação docente, não se dar de forma isolada os aspectos sociais, as leituras do mundo, logo, as experiências e trajetórias individuais são determinantes para a atuação profissional.

1.8. BIBLIOGRAFIA

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 183-191.

CANDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas :arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro de sombras: a política imperial. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente. **Memórias descarriladas: o trem na cidade do Crato**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

COSTA, J. E. **Retalhos da história de Quixadá**. Fortaleza: ABC Editora, 2002

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

Fialho, L. M. F., & Carvalho, S. O. C. (2017). História e memória do percurso educativo de Célia Goiana. *Série-Estudos*, (22), 137-157. Recuperado de: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/992>.

Fialho, L. M. F., & Freire, V. C. C. (2018) Educação formativa de uma líder política cearense: Maria Luiza Fontenele (1950-1965). *Cadernos de História da Educação*, (17), 343. Recuperado de: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/43290>.

FIALHO, L. M. F., SANTOS, F. M. B., & SALES, J. A. M. Pesquisas Biográficas na História da Educação. *Cadernos de Pesquisa*, v. 2, n. 6, p.11-29, 2019. Recuperado de: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/12743/6898>.

FIALHO, L. M. F., & QUEIROZ, Z. F. Maria Neli Sobreira: história e memória da educação em Juazeiro do Norte. *Educar em Revista*, v. 34, p. 67-84, 2018. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40602018000400067&lng=pt&nrm=iso.

FIALHO, L. M. F., & SA, E. C. V. Educadora Henriqueta Galeno: a biografia de uma literata e feminista (1887- 1964), v. 22, p.169-188, 2018. Recuperado de: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/75182>.

FIALHO, L. M. F., LIMA, A. M. S., & QUEIROZ, Z. F. Biografia de Aída Balaio: prestígio social de uma educadora negra. v. 23, p. 48-67, 2019. Recuperado de: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.231.04>.

FIALHO, L. M. F., SOUSA, N. M. C., & DIAZ, J. M. H. Rosa Maria Barros Ribeiro: memórias da trajetória formativa para docência. *Revista Cocar*, v. 8, p.371-387, 2020. Recuperado de: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/3083>.

FLORÊNCIO, L. R. S., FIALHO, L. M. F., & ALMEIDA, N. R. O. Política de Formação de Professores: A ingerência dos Organismos Internacionais no Brasil a partir da década de 1990. *Holos*, v.5, p.303-312, 2017. Recuperado de: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5757>.

GINZBURG, Carlo. ***O queijo e os vermes***. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. ***A micro história e outros ensaios***. Lisboa: DIFEL, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. ***Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos***. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006

LEVI, Giovanni. ***Sobre a Micro-História*** In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

LEVI, Giovanni. ***Usos da biografia***. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LORIGA, Sabin. ***A biografia como problema***. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MENDES, M. C. F., FIALHO, L. M. F., & MACHADO, C. J. S. Argentina Pereira Gomes: disseminação de -inovações- didáticas na educação primária na década de 1930. Revista Diálogo Educacional, v.19, p. 527-550, 2019. Recuperado de: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/24959/23519>

MONTEIRO, Renata Felipe. **Um monumento ao sertão: ciência, política e trabalho na construção do Açude Cedro (1884-1906)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e formação docente. In: Os professores e a sua formação, do mesmo autor. Publicações Dom Quixote**, Lisboa, 1992. Manoel (2011),

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo, 1987

PERROT. Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

FIRMO, Érico. **Rosa da Fonseca**. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2017.

ARAUJO, Fátima Maria Leitão. **Mulheres Letradas e Missionárias da Luz: formação da Professora nas Escolas Normais do Ceará - 1930 a 1960**. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, 2006.

2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1 Submissão e aprovação de projeto, em parceria, Chamada Pública CNPq/SESCOOP 007/2018

Ainda em 2018, submetemos e conseguimos aprovação junto ao CNPq, de projeto de pesquisa sobre Mentoria em modelagem e gestão de cooperativos pelo IFCE, campus Camocim, como desdobramento do grupo de pesquisa local no qual a professora Lia Machado Fiuza Fialho também é colaboradora, firmando parceria entre UECE e IFCE. Com prazo de vigência de 1 ano, conseguimos renovação até 2020.

O projeto e aprovação seguem em anexo. Os resultados dos trabalhos, na versão final, só serão possíveis de serem acessados ao final do projeto, ou seja, só no final de 2020.

2.2. Eventos

2.2.1 V Seminário Estadual de Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - SEPEMO

Participei como Comissão Organizadora do V Seminário Estadual de Práticas Educativas, Memórias e Oralidades – SEPEMO, que teve como temática **Educação, História e Formação de Professores em Tempos de Crise**, coordenado pelo Grupo de Pesquisa Práticas Educativas, Memórias e Oralidades, que tem a frente a Profa. Dra. Lia Machado Fiuza Fialho e está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, que se insere no Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará. Como colaboração ao evento:

- Avaliei trabalhos enviados aos GT's;
- Atuei como mestre de cerimonia na solenidade de abertura do Evento;
- Mediei a conferência proferida pela Profa. Dra. Lia Ciomar Macêdo de Faria (UERJ);
- Coordenei apresentações dos GT's nos turnos manhã e tarde.

2.2.2 XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd

O XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd da região Nordeste, aconteceu de 19 a 22 de novembro de 2018, na cidade de João Pessoa – PB.

Na oportunidade, apresentamos três trabalhos, desenvolvidos no âmbito do PEMO:

- “Essa Coisa Ficou Na Gente”: Narrativas Sobre Vivências Infantojuvenis da Professora e Ativista Social Negra Valéria Neves.
Autor 1: Lourdes Rafaella Santos Florencio
Autor 2: Cristine Brandenburg
Autor 3: José Álbio Moreira de Sales
- China ao Brasil: biografia de um professor de inglês imigrante (Anexo)
Autor 1: Cristine Brandenburg
Autor 2: Lia Machado Fiuza Fialho
Autor 3: Lourdes Rafaella Santos Florencio
- Professora Josete Sales e a educação na UECE 1986-2018. (Anexo)
Autor 1: Lia Machado Fiuza Fialho
Autor 2: Lourdes Rafaella Santos Florencio

2.3. Capítulos de livros

- Livro “Trabalho, estética e formação humana” organizado por Jackline Rabelo, Derivaldo Santos e Adéle Cristina Braga Araujo, publicação do capítulo “As tendências pedagógicas e os pressupostos da pedagogia histórico-crítica”.
Autor 1: Marismenia Nogueira Santos
Autor 2: Lourdes Rafaella Santos Florencio
- Livro “Pesquisas Educacionais: abordagens teóricas e metodológicas.” Organizado por Antônio Roberto Chavier, publicação do capítulo “Ações Afirmativas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: O processo de implantação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena.”
Autor 1: Lourdes Rafaella Santos Florencio
Autor 2: Emly Lima Araújo

Autor 3: Iara Saraiva Martins

2.4 Artículo submetido a revista

2.4.1 Artículo aceito pela revista digital *Cambios y Permanencias*

Gmail - Autorización MEMORIAS VIII Encuentro INTERNACIONAL de historia oral y memoria



Rafaella Florencio <rafaellaflorencio@gmail.com>

Autorización MEMORIAS VIII Encuentro INTERNACIONAL de historia oral y memoria

2 mensajes

Colectivo Historia Oral <colectivohistoriaoral@gmail.com>

Para: Fabian Arley Becerra Gonzalez <fabecerrag@unal.edu.co>, Ivonne SUÁREZ <isuarezivonne@gmail.com>

Cco: rafaellaflorencio@gmail.com

Reciban un cordial saludo.

Nos permitimos informar a los destinatarios del presente mensaje (Con copia oculta) , ponentes del *VIII Encuentro Intemacional de Historia Oral y Memorias: "lecturas críticas, voces diversas y horizontes políticos en el mundo contemporáneo"*, realizado en Bogotá, Colombia, del 4 al 6 de abril de 2019, que se ha convenido publicar sus ponencias en la revista digital **Cambios y Permanencias**, a cargo del Archivo Oral de Memoria de las Víctimas (AMOV) y el grupo de investigación "Historia, Archivística y Redes de Investigación" de la Universidad Industrial de Santander, reconocida por Minciencias mediante e-ISSN 2027-5528.

Dicha publicación especializada cuenta con la indexación de las plataformas Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (REDIB), Directory of Open Access Journals (DOAJ), Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE), Actualidad Iberoamericana, Red Latinoamericana de Revistas en Ciencias Sociales (LatinRev), Google Scholar y Latinoamericana: Asociación de Revistas Académicas de Humanidades y Ciencias Sociales.

Para efectuar el envío debe tener en cuenta las siguientes indicaciones:

- 1) Incluir en la ponencia nombre, filiación institucional y correo de autor(es).
- 2) Resumen de no más de 100 palabras.
- 3) Palabras clave (máximo 6).
- 4) Abstract y keywords.
- 5) PONENCIA ajustada a las *Directrices para autores* (consultar documento adjunto).
- 6) Datos de Autor (diligenciar formato adjunto).

La ponencia y el formulario deben enviarse directamente a Ivonne Suárez, directora la revista, por favor no realice el trámite en la página virtual de la publicación.

Para su consulta, el sitio web de la revista es <http://cambiosypermanencias.com>

Dirección electrónica para el envío de la propuesta: isuarezivonne@gmail.com

2.4.2 Artigo submetido a Revista Exitus

05/04/2019

Submissões Ativas





[CAPA](#) [SOBRE](#) [PÁGINA DO USUÁRIO](#) [PESQUISA ATUAL](#) [ANTERIORES](#) [NOTÍCIAS](#)
[PORTAL DE PERIÓDICOS UFOPA](#) [COPY SPIDER](#) [TEMPLATE](#)

Capa > Usuário > Autor > **Submissões Ativas**

Submissões Ativas

ATIVO	ARQUIVO				
ID	MM-DD ENVIADO	SEÇÃO	AUTORES	TÍTULO	SITUAÇÃO
1283 DA	04-05	ART	Florencio; Fialho	TRAJETÓRIA FORMATIVA EDUCADORA E MILITANTE POLÍTICA...	Aguardando designação

Iniciar nova submissão

CLIQUE AQUI para iniciar os cinco passos do processo de submissão.

Apontamentos

[TODOS](#) [NOVO](#) [PUBLICADO](#) [IGNORADO](#)

DATA DE INCLUSÃO	HITS	URL	ARTIGO	TÍTULO	SITUAÇÃO	AÇÃO
Não há apontamentos.						

[Publicado](#) [Ignorado](#) [Excluir](#) [Selecionar todos](#)


DOAJ
DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS


EDUBASE


latindex


BASE
Beliefed Academic Search Engine


Dialnet


Google Académico


Diadorim


LivRe
Revistas de livre acesso


iresie
Banco de dados sobre educação


SEER
SISTEMA ELETRÔNICO DE EDITORAÇÃO DE REVISTAS


Sumários.org
Revistas de Teresopolis


Educ@
publicações online de educação
metodologia


DORA

[OPEN JOURNAL SYSTEMS](#)

[Ajuda do sistema](#)

USUÁRIO
Logado como:
rafaellaflorencio

- [Meus periódicos](#)
- [Perfil](#)
- [Sair do sistema](#)

NOTIFICAÇÕES

- [Visualizar](#)
- [Gerenciar](#)

AUTOR

Submissões

- [Ativo \(1\)](#)
- [Arquivo \(0\)](#)
- [Nova submissão](#)

IDIOMA
Selecione o idioma

[Submeter](#)

CONTEÚDO DA REVISTA

[Pesquisar](#)

Escopo da Busca

[Todos](#)

[Pesquisar](#)

Procurar

- [Por Edição](#)
- [Por Autor](#)
- [Por título](#)
- [Outras revistas](#)

TAMANHO DE FONTE

A

A

A

2.4.3 Artigo submetido a Revista FAED



REV.FAED - PERIÓDICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

[CAPA](#) [SOBRE](#) [PÁGINA DO USUÁRIO](#) [PESQUISA](#) [ATUAL](#)
[ANTERIORES](#) [NOTÍCIAS](#) [AHEAD OF PRINT](#) [AVALIADORES AD](#)
[HOC](#) [ANTIPLÁGIO](#)

[Capa](#) > [Usuário](#) > [Autor](#) > [Submissões Ativas](#)

SUBMISSÕES ATIVAS

[ATIVO](#) [ARQUIVO](#)

ID	MM-DD ENVIADO	SEÇÃO	AUTORES	TÍTULO	SITUAÇÃO
4554	05-13	ART	Florenzio, Fialho	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E MEMÓRIA FORMATICA: TRAJETÓRIA...	Aguardando designação

1 a 1 de 1 itens

[INICIAR NOVA SUBMISSÃO](#)
 CLIQUE AQUI para iniciar os cinco passos do processo de submissão.

APONTAMENTOS

[TODOS](#) [NOVO](#) [PUBLICADO](#) [IGNORADO](#)

DATA DE INCLUSÃO	HITS	URL	ARTIGO	TÍTULO	SITUAÇÃO	AÇÃO
<i>Não há apontamentos.</i>						

[Publicado](#) [Ignorado](#) [Excluir](#) [Selecionar todos](#)

OPEN JOURNAL SYSTEMS

Ajuda do sistema

USUÁRIO

Logado como:
rafaelflorenzio

[Meus periódicos](#)
[Perfil](#)
[Sair do sistema](#)

AUTOR

[Submissões](#)
[Ativo \(1\)](#)
[Arquivo \(0\)](#)
[Nova submissão](#)

NOTIFICAÇÕES

[Visualizar](#)
[Gerenciar](#)

IDIOMA

#plugins.block.languageToggle.selectLabel##
Português (Brasil)

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Selecione um campo

Todos

Procurar

[Por Edição](#)
[Por Autor](#)
[Por título](#)
[Outras revistas](#)

TAMANHO DE FONTE

INFORMAÇÕES

[Para leitores](#)
[Para Autores](#)
[Para Bibliotecários](#)

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado de Mato Grosso



2.5. Bancas examinadoras

2.5.1 Bancas examinadoras no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará:

BANCA 1

NATUREZA	Mestrado
DATA	25/05/2018
TÍTULO	Irmã Maria Montenegro: Atuação educacional empreendida em Fortaleza - Ceará (1945 - 1987).
ALUNO(A)	Scarlett O'hara Costa Carvalho
CURSO	Pós-graduação em Educação
INSTITUIÇÃO	Universidade Estadual do Ceará-UECE
BANCA	Profa. Dra. Lia Machado Fiúza Fialho (Orientadora) Profa. Dra. Lourdes Rafaella Santos Florencio - IFCE Profa. Dra. Maria Lucia da Silva Nunes – UFPB Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos – UFC

BANCA 2

NATUREZA	Mestrado
DATA	28/02/2019
TÍTULO	Francisca Doneta Leite: formação educativa e atuação no magistério na cidade do Crato - CE.
ALUNO(A)	Antoniele Silvana de Melo Souza
CURSO	Pós-graduação em Educação
INSTITUIÇÃO	Universidade Estadual do Ceará-UECE
BANCA	Profa. Dra. Lia Machado Fiúza Fialho (Orientadora) Profa. Dra. Lourdes Rafaella Santos Florencio - IFCE Profa. Dra. Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo - UECE

Prof. Dra. Zuleide Fernades Queiros – URCA

BANCA 3

NATUREZA	Mestrado (Qualificação)
DATA	23/05/2019
TÍTULO	Biografia de Maria Socorro Lucena de Lima: Contribuições educacionais para a formação de professores no ensino superior do Ceará.
ALUNO(A)	Francisca Mayane Benvindo dos Santos
CURSO	Pós-graduação em Educação
INSTITUIÇÃO	Universidade Estadual do Ceará-UECE
BANCA	Profa. Dra. Lia Machado Fiúza Fialho (Orientadora) Profa. Dra. Lourdes Rafaella Santos Florencio - IFCE Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá - UECE Prof. Dr. – Elcimar Simão Martins – UECE

2.5.2 Bancas examinadoras em outros Programas de Pós-graduação:

BANCA 1

NATUREZA	Doutorado - Qualificação
DATA	20/08/2018
TÍTULO	Praticas Educativas Digitais e Políticas Públicas: Construindo o desconstruído do programa nacional de educação museal
ALUNO(A)	Karla Colares Vasconcelos
CURSO	Pós-graduação em Educação
INSTITUIÇÃO	Universidade Federal do Ceará-UFC
BANCA	Profa. Dra. José Rogério Santana – UFCE (Orientadora) Profa. Dra. Lourdes Rafaella Santos Florencio - IFCE Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos - UFC Prof. Dr. Felipe Franklin de Lima Neto - UNINTA

BANCA 2

NATUREZA Doutorado
 DATA 13/10/2018
 TÍTULO Práticas Educativas Digitais e Políticas Públicas: Construindo o
 desconstruído do programa nacional de educação museal
 ALUNO(A) Karla Colares Vasconcelos
 CURSO Pós-graduação em Educação
 INSTITUIÇÃO Universidade Federal do Ceará-UFC
 BANCA Profa. Dra. José Rogério Santana – UFCE (Orientadora)
 Profa. Dra. Lourdes Rafaella Santos Florencio - IFCE
 Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos – UFC
 Prof. Dr. José Álbio Moreira de Sales – UECE

BANCA 3

NATUREZA Mestrado
 DATA 21/07/2018
 TÍTULO Por identidade e pertença: processos de autoconhecimento e
 afirmação da identidade negra entre estudantes da Escola José
 Alves de Figueiredo do Crato - CE (2011-2018)
 ALUNO(A) Maria Dalva da Conceição
 CURSO Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA
 INSTITUIÇÃO Universidade Regional do Cariri – URCA
 BANCA Profa. Dra. Maria Telvira da Conceição – URCA (Orientadora)
 Profa. Dra. Lourdes Rafaella Santos Florencio - IFCE
 Prof. Dra. Adriana Maria Simião da Silva – URCA

BANCA 4

NATUREZA Mestrado
 DATA 08/10/2018

TÍTULO O "ALFA" da história: uma análise da representação masculina no livro de história.

ALUNO(A) Wesley da Silva Souza

CURSO Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA

INSTITUIÇÃO Universidade Regional do Cariri – URCA

BANCA Profa. Dra. Zuleide Fernandes Queiroz – URCA (Orientadora)
 Maria Telvira da Conceição – URCA
 Profa. Dra. Lourdes Rafaella Santos Florencio – IFCE

BANCA 5

NATUREZA Doutorado – Qualificação

DATA 29/11/2018

TÍTULO Entre o céu e o inferno: Narrativas Biográficas - Educação, Cultura e sexualidade das travestis em situação de rua

ALUNO(A) Camila Saraiva de Matos

CURSO Pós-graduação em Educação

INSTITUIÇÃO Universidade Federal do Ceará – UFC

BANCA Profa. Dr. José Gerardo Vasconcelos – UFC (Orientador)
 Profa. Dra. Lourdes Rafaella Santos Florencio – IFCE
 Profa. Dra. Lia Machado Fiuza Fialho - UECE

Anexos

Anexo 01 – projeto Chamada Pública CNPq/SESCOOP 007/2018



Chamada CNPq/SESCOOP Nº 007/2018

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP tornam pública a presente Chamada e convidam os interessados a apresentarem propostas nos termos aqui estabelecidos.

1 – Objeto

Apoiar projetos de pesquisa que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País, na área de cooperativismo.

1.1 – São objetivos desta chamada o fomento a projetos de pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) na área de cooperativismo, nas duas faixas de financiamento, em conformidade com o disposto nas alíneas “b” e “c” do item 3.2.1 dessa Chamada, e nas quatro linhas de pesquisa estabelecidas no item 1.2 a seguir:

1.2 - Os projetos deverão ser enquadrados nas seguintes linhas de pesquisa:

1.2.1 - Linha 1 - Impactos econômicos e sociais do cooperativismo - projetos de CT&I que busquem compreender as relações existentes entre o cooperativismo e os impactos nas comunidades nas quais as cooperativas estão inseridas, assim como os seus reflexos sociais e econômicos ao país. Tais projetos devem focar: a relação entre cooperativismo e desenvolvimento regional no Brasil (capital social, IDH, balanço social, etc); a participação das cooperativas na economia nacional (setorial, balança comercial, PIB); as contribuições do cooperativismo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); o empreendedorismo coletivo e geração de trabalho e renda; a qualidade de vida no trabalho e cooperativismo (relação entre a satisfação de trabalhar em cooperativa ou outro tipo de organização).

1.2.2 - Linha 2 - Competitividade e inovação nas cooperativas - projetos de CT&I que busquem a investigação a respeito do modelo cooperativista no contexto da competitividade e inovação, com foco no estudo do processo de inovação no ambiente das cooperativas e na particularidade do arranjo associativo das cooperativas. Tais projetos devem focar: as alianças estratégicas e intercooperação; as oportunidades e desafios da cooperação entre cooperativas (cenário, modelos e resultados nas diversas cadeias produtivas); o cenário da competitividade das cooperativas nos mercados interno e externo; a inovação nas cooperativas (estímulos, resultados, impactos, ameaças e oportunidades); a relação entre sistemas de gestão e competitividade das cooperativas; os fatores relacionados ao ambiente externo que afetam a constituição, o desenvolvimento e a sustentabilidade das cooperativas (cultura, economia, clima, geografia, demografia, outros).

1.2.3 - Linha 3 - Governança cooperativa - projetos de CT&I que busquem investigar a governança cooperativa, entendida como um modelo de direção estratégica, fundamentado nos valores e princípios cooperativistas, que estabelece práticas éticas visando garantir a consecução dos objetivos sociais e assegurar a gestão da cooperativa de modo sustentável em consonância com os interesses dos cooperados. Tais projetos devem focar: a relação entre os modelos de governança (segregação entre conselhos e diretorias executivas, buscar ou não executivos de mercado, organização do quadro social, delegação, pré-assembleias, conselhos consultivos, comitê de ética) e os resultados das cooperativas; a educação cooperativista e a organização do quadro social e os impactos no negócio cooperativo; fidelização de cooperados; desenvolvimento de novas lideranças visando ao processo de sucessão; accountability; mecanismos de compliance; a proposição de modelos de evidenciação contábil dos resultados socioeconômicos das cooperativas.

1.2.4 - Linha 4 - Cooperativismo e cenário jurídico - projetos de CT&I que busquem desenvolver pesquisas e estudos de Direito Cooperativo e outros ramos da ciência jurídica relacionados ao

1 Título do Projeto

Mentoria em modelagem e gestão de negócios cooperativos

2 Resumo

A cooperação ou associação de trabalhadores em negócios sociais oferece meios de mobilização e incentiva o crescente compromisso em construir meios reais de subsistência. Laville (2009) e Gaiger (2011) refletem que as práticas de cooperação emancipam os atores envolvidos na formação de uma identidade, e na expansão da cidadania, bem como o aprendizado através da cooperação (SINGER, 2008; SILVA; PEREIRA; PEREIRA, 2014; FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018). O debate atual sobre o cooperativismo enfatiza a necessidade de estratégias de fortalecimento desses negócios sociais, visto que a maior dificuldade destes empreendimentos é o acesso ao mercado e a comercialização de seus produtos, seguida da insuficiência de assessoramento técnico e de gestão (SPEAR, 2004; BORZAGA & TORTIA, 2007; GRASSL, 2012). Em um mercado imperfeito e de competição assimétrica, há motivos para acreditar que a gestão dos empreendimentos cooperativos deve buscar ferramentas de organização socioprodutiva e de consolidação dos negócios, garantindo-lhes a robustez necessária ao enfrentamento de um ambiente geralmente inóspito aos negócios sociais (BRASIL, 2007; SINGER, 2008). A modelagem de negócios de cooperativas surge como uma alternativa viável de concepção e estruturação de estratégias de colocação desses empreendimentos no mercado (YUNUS, 2010). O objetivo da pesquisa é fomentar a geração de trabalho e renda em um município cearense, disseminando a cultura empreendedora em cooperativas e associações de trabalhadores. A mentoria em modelagem e gestão de negócios cooperativos propõe um trabalho de aprendizagem incremental, onde serão levantados dados primários e secundários acerca das cooperativas, e partir dessa análise exploratória inicial (diagnóstico) serão oferecidas oficinas expositivas e práticas de modelagem de negócio, através de etapas específicas desenvolvidas no âmbito do IFCE e das cooperativas, e utilizando a modelagem Canvas, *Business Model Generation (BMG)* (OSTERWALDER & PIGNEUR, 2011). O *BMG* é uma ferramenta estratégica indicada para organizações de todos os portes que permite aos empreendedores e gestores definirem o modelo de negócios da empresa de uma forma simples e visual, podendo ser aplicada aos negócios cooperativos mantendo-se as devidas especificidades do negócio. Como resultados, almeja-se a formação técnica para a modelagem dos negócios cooperativos, que em sua esfera econômica, geram impacto social, pois as cooperativas são responsáveis por promoverem o desenvolvimento econômico e social tanto dos seus membros quanto das comunidades nas quais estão inseridas. No âmbito acadêmico, contribuirá para a geração de novos conhecimentos e de conhecimentos incrementais, nos contextos da teoria e prática empreendedora, propiciando avanços teóricos e metodológicos acerca do segmento cooperativista e colaborando com o desenvolvimento da educação científica do IFCE.

3 Palavras-chave

Cooperativismo. Competitividade. Inovação. Gestão Estratégica. Modelagem de Negócios Cooperativos.

4 Linha de pesquisa

Linha 2: Competitividade e inovação nas cooperativas.

O Projeto adere à Linha de Pesquisa 2 - Competitividade e inovação nas cooperativas - visto que busca utilizar metodologias de modelagem de negócios inovadores e competitivos, adequando às especificidades do contexto cooperativo. Os empreendimentos cooperativos, mesmo não buscando a exploração da mais-valia, objetivam determinado nível de lucro que possa dar sustentabilidade econômica e visão estratégica ao empreendimento e seus cooperados. A pesquisa busca verificar a aderência da metodologia de modelagem de negócios Canvas, adequando o modelo às especificidades do negócio cooperativo. Busca-se estimular a inovação, competitividade o espírito empreendedor no âmbito do cooperativismo, diagnosticando os pontos fortes e pontos fracos do ambiente interno e as oportunidades e ameaças do ambiente externo aos arranjos associativos das cooperativas.

5 Área(s) e subárea(s) do conhecimento

O projeto se enquadra nas seguintes áreas e subáreas, conforme justificativas a seguir:

Área 01: Ciências Sociais Aplicadas

Na área das Ciências Sociais Aplicadas, a análise da competitividade e inovação no âmbito das cooperativas busca investigar sob o enfoque da Administração o modelo cooperativista de negócio. Para tal apontam-se como Subáreas:

Subárea 01: Administração (Administração de Empresas, Administração Pública e Administração de Setores Específicos): Nos estudos sobre o cooperativismo, não se pode perder de vista que as cooperativas também são empresas, que partem de valores diferenciados de composição e gestão, contudo, continuam sendo empresas, que precisam administrar a produção, comercialização, contabilidade, finanças, recursos humanos e mercadologia em suas atividades cotidianas. Ademais, as cooperativas, como setor específico, necessitam de políticas públicas governamentais específicas, que as posicionem no mercado com níveis mínimos de equidade competitiva no mercado.

Subárea 02: Economia (Economia Regional e Urbana): Entende-se que o cooperativismo opera em um contexto onde a economia funciona de forma a desenvolver o local e o regional, um desenvolvimento que vai além do econômico e se expressa na emancipação de comunidades e populações que, não raro, estão à margem da economia capitalista convencional, mesmo fazendo parte do sistema, como consumidores e produtores.

Subárea 03: Direito (Direito Privado e Direito Público): O cooperativismo luta cada vez mais pela inclusão de suas demandas na agenda de decisões legislativas, através do fomento de políticas públicas e pela defesa do setor cooperativista junto ao judiciário. , em especial na adequação do tratamento tributário ao ato cooperativo. Além disso, o estudo do Direito Cooperativo, tendo em vista sua aplicação prática, se relaciona diretamente com as práticas cotidianas das cooperativas, pois busca o sentido que oferece a base que sustenta a estrutura lógica do texto legal. Nesse sentido, o cooperativismo é uma doutrina, uma vez que possui bases filosóficas estáveis que dão sustentáculo, na forma de princípios, à criação dos textos legais reguladores da sociedade cooperativa e mesmo do sistema.

6 Pergunta de Pesquisa e Hipótese/Pressuposto Inicial

A pergunta de pesquisa abrange alguns questionamentos principais: Como os negócios cooperativos se desenvolvem no município e qual o perfil dos empreendedores locais envolvidos com as cooperativas? Quais as competências, habilidades e atitudes que precisam ser desenvolvidas em nível de gestão dessas cooperativas? Os empreendimentos cooperativos compreendem sua proposta de valor? Os empreendimentos cooperativos conhecem seus clientes? Entendem como mobilizar recursos para ampliar suas ações no mercado?

Um pressuposto inicial do projeto a ser desenvolvido é de que os negócios cooperativos podem utilizar ferramentas de gestão estratégica utilizadas no *mainstream* das empresas convencionais, como a modelagem de negócios Canvas, para aprimorar a gestão de seus negócios. Portanto, é relevante que os estudos organizacionais, no escopo da Administração como Ciência Social Aplicada, voltem-se para a análise de movimentos que vão além do mercado convencional de negócios, compreendendo suas ações e intervindo de forma construtiva na solução de problemas que resultarão em desenvolvimento local e regional.

7 Objetivos

Objetivo Geral:

Desenvolver pesquisa e mentoria em modelagem de negócios sob o enfoque da abordagem *BMG* e adequada às especificidades do contexto cooperativo em um município cearense, como uma forma de fomentar a gestão inovadora e geração de trabalho e renda, além de disseminar a cultura empreendedora através do cooperativismo.

Objetivos Específicos:

Identificar a proposta de valor dos negócios cooperativos e relação ao mercado de consumidores;

- Analisar o segmento de clientes foco das cooperativas;
- Mapear os canais de distribuição dos produtos e/ou serviços das cooperativas;
- Apontar formas de relacionamentos com os clientes;
- Identificar as atividades-chave das cooperativas para que seja possível entregar a proposta de valor;
- Assinalar os recursos principais necessários para realizar as atividades-chave;
- Reconhecer as parcerias principais das cooperativas;
- Apontar as fontes de receita das cooperativas;
- Mapear a estrutura de custos para que a cooperativa proposta possa funcionar;
- Publicar artigos relacionados à temática da modelagem de negócios e/ou empreendedorismo no âmbito do cooperativismo.

8 Metodologia

A mentoria em modelagem e gestão de negócios cooperativos será um trabalho de aprendizagem incremental, onde serão oferecidas oficinas expositivas e práticas de modelagem de negócio cooperativo, através de etapas específicas desenvolvidas no âmbito do IFCE e das cooperativas de negócios de um município cearense, seguindo as seguintes etapas principais:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS	PARTICIPANTES
01	Revisão bibliográfica sobre o tema do cooperativismo e negócios sociais	Pesquisa em livros, periódicos, revistas especializadas, documentos e legislação aplicada ao cooperativismo	Professora orientadora e discentes (02)
02	Estudo de caso e análise exploratória dos empreendimentos cooperativos do município	Pesquisa de observação (não participante) e estudo de caso (aplicação de entrevistas e questionários estruturadas/semiestruturadas), Análise de Conteúdo (Bardin); técnicas estatísticas de análise exploratória e multivariada (análise fatorial e regressão múltipla)	Professora orientadora e discentes (02)

03	Oficinas de sensibilização e mobilização para a cultura empreendedora no âmbito dos negócios cooperativos	Palestras e aplicação de jogos relacionados ao fomento do perfil empreendedor	Professora orientadora, discentes (02) e cooperados (número a definir)
04	Formação do perfil empreendedor e inovador dos cooperados	Aulas expositivas e oficinas práticas	Professora orientadora, discentes (02) e cooperados (número a definir)
05	Orientação sobre as ferramentas de modelagem de negócios a partir do <i>Canvas Business Model Generation</i>	Aulas expositivas e oficinas práticas	Professora orientadora, discentes (02) e cooperados (número a definir)
06	Orientação sobre o uso das principais ferramentas de marketing aplicada aos negócios cooperativos	Aulas expositivas e oficinas práticas	Professora orientadora, discentes (02) e cooperados (número a definir)
07	Preparação para realizar a prototipação dos produtos e serviços	Aulas expositivas e oficinas práticas	Professora orientadora, discentes (02) e cooperados (número a definir)
08	Preparação para a precificação e projeção financeira dos negócios sociais	Aulas expositivas e oficinas práticas	Professora orientadora, discentes (02) e cooperados (número a definir)

09	Elaboração dos planos de negócios (finalizando com o Demoday e Pitch dos negócios)	Aulas expositivas e oficinas práticas	Professora orientadora, discentes (02) e cooperados (número a definir)
10	Elaboração de artigos relacionados à temática da modelagem de negócios no cooperativismo.	Pesquisa bibliográfica e empírica com dados primários e secundários levantados durante a pesquisa	Professora orientadora, discentes (02)

9 Cronograma

A partir das etapas definidas para o projeto de mentoria em modelagem e gestão de negócios cooperativos, segue-se o cronograma de atividades delineado conforme as etapas definidas:

ETAPA	DESCRIÇÃO	INÍCIO	PREVISÃO	CONCLUSÃO
01	Revisão bibliográfica sobre o tema do cooperativismo e negócios sociais	1º mês	2 meses (out18 e nov18)	2º mês
02	Estudo de caso e análise exploratória dos empreendimentos cooperativos do município	3º mês	3 meses (dez18 a fev19)	5º mês
03	Oficinas de sensibilização e mobilização para a cultura empreendedora no âmbito dos negócios cooperativos	6º mês	2 meses (mar19 e abr19)	7º mês
04	Formação do perfil empreendedor e inovador dos cooperados	8º mês	2 meses (mai19 e jun19)	9º mês
05	Oficinas de orientação sobre as ferramentas de modelagem de negócios a partir do <i>Canvas Business Model Generation</i>	10º mês	2 meses (jul19 e ago19)	11º mês
06	Oficinas de orientação sobre o uso das principais ferramentas de marketing aplicada aos negócios Cooperativos	10º mês	2 meses (jul19 e ago19)	11º mês
07	Preparação para realizar a prototipação dos produtos e serviços	12º mês	2 meses (set19 e out19)	13º mês
08	Preparação para a precificação e projeção financeira dos negócios Sociais	12º mês	2 meses (set19 e out19)	13º mês
09	Elaboração dos planos de negócios (finalizando com o Demoday e Pitch dos negócios)	14º mês	1 mês (nov19)	14º mês

10	Elaboração/finalização de artigos relacionados à temática do empreendedorismo cooperativo.	15º mês	1 mês (dez19)	15º mês
----	--	---------	------------------	---------

10 Estado da Arte

No debate atual sobre desigualdade, o desemprego tem sido um dos principais fatores de observação, uma vez que a geração de renda é prejudicada e os indivíduos são impossibilitados de consumir, inclusive o básico, e levados a um quadro de exclusão (DOWBOR, 2006). Nesse

sentido, Singer (2008) observa que a transferência do trabalho da indústria para o comércio e para o setor de serviços que ocorreu durante as últimas décadas do século XX, significou também uma substituição do trabalho assalariado pelo trabalho por conta própria, havendo a pressão dos empregadores sobre o Estado para que ele deixe de intermediar a relação trabalho-capital. Além disso, observa-se que as novas configurações do mercado de trabalho impendem grande parte da população de alcançar postos de trabalho formais, o contingente de pessoas demitidas das organizações dificilmente encontrará novos espaços, pois as oportunidades de emprego formal estão cada vez mais selecionadas, resultando em elevadas taxas de desemprego. Nesse sentido, o cooperativismo emergiu como uma alternativa à exclusão de trabalhadores do processo de produção, consumo e comercialização e está presente em quase todos os países do mundo e representa importância econômica, social e política, contudo, as pesquisas a respeito do cooperativismo são escassas e restritas a algumas áreas do conhecimento científico. Existe uma necessidade de que a academia se dedique a estudar o cooperativismo, que mesmo que não se apresente um consenso entre a teoria e a prática cooperativista em todo o mundo, se configura como um campo aberto de crescimento em termos de pesquisa e prática (SILVA; PEREIRA; PEREIRA, 2014; FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018). O tema do cooperativismo, portanto, é amplo e disperso, e abrange diversas áreas, desde a antropologia até a economia, nesse sentido, a Administração, como Ciência Social Aplicada, ainda apresenta pouco interesse em estudar o cooperativismo como forma de gestão específica, em especial em suas práticas de autogestão e em contexto de complexidade de dinâmicas. De fato, as pesquisas em Administração voltam-se mais para o mercado da indústria e das grandes empresas, o que prejudica a observação sobre as novas formas de gestão que surgem no âmbito do cooperativismo e que, cada vez mais, vem provocando interesse na comunidade acadêmica internacional.

A cooperação ou associação de trabalhadores em negócios sociais oferece meios de mobilização e incentiva o crescente compromisso em construir meios reais de subsistência, construindo, ao mesmo tempo, outro paradigma de valores sociais, onde os indivíduos tornam-se parte ativa. Laville (2009) e Gaiger (2011) acrescentam que as práticas de cooperação emancipam os atores envolvidos na formação de uma identidade, e na expansão da cidadania, bem como o aprendizado através da cooperação. O cooperativismo surge como uma forma autônoma de organização do trabalho e à percepção de renda, envolvendo atores econômicos, sociais e governos, tendo como maior benefício o aprendizado e a compreensão de um futuro sustentável (MORIN, 2007; SINGER, 2008). Para autores como Mance (2002), Arruda (2003), Singer (2008) e Laville (2014), o cooperativismo é marcado pela existência de interesses e objetivos comuns, com esforços e capacidades comuns, propriedade partilhada, seja ela coletiva parcial ou totalmente, bem como há também a divisão de responsabilidades ou dificuldades de forma solidária. Características marcantes do cooperativismo são: a existência de interesses e objetivos comuns, com esforços e capacidades comuns, propriedade partilhada, seja ela coletiva parcial ou totalmente, bem como a divisão de responsabilidades ou dificuldades, de forma autogestionária, beneficiam não só a dimensão econômica dos empreendimentos como a dimensão sociopolítica dos atores envolvidos (ARRUDA, 2003).

Para Vieta (2014, 2015) a autogestão prefigura o “novo cooperativismo” através da autodeterminação dos trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho em ambientes de exploração. Além disso, segundo o autor, a autogestão carrega em si uma força educativa libertadora que molda o futuro no presente, construindo possibilidades de mudanças mais estruturais em longo prazo.

No Brasil, os negócios cooperativos e associativos surgem como uma forma de enfrentamento à crise do desemprego e exclusão social (FRANÇA FILHO, 2007; SINGER, 2008). Esses negócios são geridos pelos próprios atores desses empreendimentos, que passam a lidar com questões de gestão que antes eram-lhes relegadas, nesse novo contexto, os trabalhadores precisam cooperar entre si, e ao mesmo tempo entender o processo de produção e gestão como um todo, para que possam tomar as decisões mais acertadas. Essa nova dinâmica de trabalho exige uma

disponibilidade interna para cooperar e dividir os riscos e ganhos do empreendimento, quem está gerindo os negócios são os próprios trabalhadores, portanto, todos são corresponsáveis pelo empreendimento de forma solidária. Neste sentido, a ideia de uma economia baseada em valores solidários tem sido cada vez mais fortalecida, no Brasil encontramos inúmeras iniciativas que trabalham nesses moldes e em expansão (SILVA; PEREIRA; PEREIRA, 2014; FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018).

O mercado, não raro, pressiona a sociedade a incorporar seus valores como fundamentais, e mesmo essenciais, e a tentação de ceder constantemente a esse sistema de competição exige uma maior organização da sociedade, principalmente no compartilhamento dos valores de cooperação. Instituições incorporadas ao contexto dos movimentos sociais são mais propensas a sustentar um maior compromisso com a transformação conjunta (ASSEBURG; GAIGER, 2007). Dessa forma, o debate atual sobre o cooperativismo enfatiza a necessidade de estratégias de fortalecimento desses negócios sociais, visto que a maior dificuldade destes empreendimentos é o acesso ao mercado e a comercialização de seus produtos, seguida da insuficiência de assessoramento técnico e de gestão (BRASIL, 2007). De fato, essa constatação pode ser identificada tanto no contexto brasileiro, quanto no contexto internacional (SPEAR, 2004; BORZAGA; TORTIA, 2007; GRASSL, 2012). Em um mercado imperfeito e de competição assimétrica, há motivos para acreditar que a gestão dos empreendimentos cooperativos deve buscar ferramentas de organização socioprodutiva e de consolidação dos negócios e assim potencializar as ações individuais e garantir-lhes a robustez necessária ao enfrentamento de um ambiente geralmente inóspito aos negócios sociais (BRASIL, 2007; SINGER, 2008).

Segundo Silva, Pereira e Pereira (2014), uma das abordagens referentes ao cooperativismo defende que o movimento deve ser reformulado para refletir o que ocorre na realidade, adaptando as regras estabelecidas em *Rochdale*, os primórdios do cooperativismo. Dessa forma, a prática cooperativista pode se utilizar de ferramentas e métodos de gestão estratégica que possam lhe garantir sustentabilidade econômica e um ambiente competitivo. Nesse sentido, a modelagem de negócios de cooperativas surge como uma alternativa viável de concepção e estruturação de estratégias de colocação desses empreendimentos no mercado (YUNUS, 2010). As cooperativas são geralmente relacionadas a organizações comunitárias sem fins lucrativos, mas vêm se tornando cada vez mais um modelo comercial comum para as empresas que prestam serviços (cooperativas de consumo) ou geram empregos/trabalho (cooperativas de trabalhadores) para seus cooperados. Há também híbridos cooperativos, como cooperativas de trabalhadores que também são cooperativas de consumidores ou cooperativas de crédito. Em suma, uma cooperativa é definida como “uma empresa de propriedade conjunta que se dedica à produção ou distribuição de bens ou ao fornecimento de serviços, operados por seus membros para benefício mútuo. Mesmo não sendo totalmente orientadas lucro, as cooperativas geram renda. O modelo de negócio de cooperativas é, por sua natureza legal, uma organização sem fins lucrativos. Eles costumam cobrar uma taxa de administração para se tornar um membro (para comprar ações) e uma taxa mensal para cobrir os custos operacionais. O sucesso do modelo cooperativo está diretamente relacionado ao seu potencial de agregar seus membros e gerar benefícios para os mesmos de forma contínua e sustentável, se mantendo fiel aos seus princípios do mutualismo. Dessa forma, é preciso que o negócio seja capaz de reinvestir lucros em melhores produtos e serviços, alinhados com as necessidades de seus sócios cooperados e do mercado.

De outra parte, o mundo dos negócios também precisa aprender com o movimento cooperativista. A revolução digital, a era do cliente, a globalização e a velocidade das mudanças em todas as áreas do conhecimento vêm afetando diretamente o mundo dos negócios. A ciência da administração de empresas, que ganhou força a partir do início do século XX, vem precisando incorporar uma série de novos conceitos para atuar em meio a essas mudanças. Qualquer negócio é um sistema que combina vários elementos, interconectados, de forma a constituir um todo organizado, essencialmente complexo (MORIN, 2007). Entende-se que um negócio é um sistema porque ele é constituído por várias partes ou funções e necessita de todas elas para ser bem-sucedido. Um modelo é uma descrição de um sistema. Essa descrição pode ser feita de forma

linear, com textos e número, por exemplo, ou de forma visual, como um desenho, um boneco, um gráfico. O Modelo de Negócios, nesse caso, é a possibilidade de visualizar a descrição do negócio, das partes que o compõem, de forma que a ideia sobre a identidade do negócio seja compreendida, bem como sua proposta de valor.

O *Business Model Canvas (BMC)* proposto por Osterwalder e Pigneur (2011) e mais conhecido como Canvas, é uma ferramenta de planejamento estratégico, que permite desenvolver e esboçar modelos de negócio novos ou existentes, não existindo atualmente pesquisas relacionando o *BMC* ao modelo cooperativo. No modelo Canvas existem elementos principais descritos visualmente e que permitem a estruturação estratégica do negócio. Os nove quadros concebidos no Canvas pretendem responder a quatro perguntas essenciais de todos negócios, independente de sua natureza: O que vou fazer? Para quem vou fazer? Como vou fazer? E, por fim, Por quanto? Os nove quadros questionam representam as seguintes categorias: (i) Proposta de valor: o que sua empresa vai oferecer para o mercado que realmente terá valor para os clientes; (ii) Segmento de clientes: quais segmentos de clientes serão foco da sua empresa; (iii) Os canais: como o cliente compra e recebe seu produto e serviço; (iv) Relacionamento com clientes: como a sua empresa se relacionará com cada segmento de cliente; (v) Atividade-chave: quais são as atividades essenciais para que seja possível entregar a Proposta de Valor; (vi) Recursos principais: são os recursos necessários para realizar as atividades-chave; (vii) Parcerias principais: são as atividades-chave realizadas de maneira terceirizada e os recursos principais adquiridos fora da empresa; (viii) Fontes de receita: são as formas de obter receita por meio de propostas de valor; (ix) Estrutura de custos: São os custos relevantes necessários para que a estrutura proposta possa funcionar. As ideias representadas nos nove blocos formam a conceitualização do seu negócio, ou seja, a forma como você irá operar e gerar valor ao mercado, definindo seus principais fluxos e processos, permitindo uma análise e visualização do seu modelo de atuação no mercado (OSTERWALDER & PIGNEUR, 2011).

No âmbito da academia, a pesquisa sobre a gestão de cooperativas, e modelagem desses negócios, está longe do *mainstream* da Administração como ciência, contudo, é necessário voltar-se para esses tipos de arranjos comerciais que apresentam participação significativa no mercado brasileiro, são mais de 7 mil negócios cooperativos no país, que reúnem mais de 12 milhões de pessoas e geram em torno de 28 bilhões em renda apropriada pelos associados (OCB, 2018). Dessa forma, o espírito empreendedor no âmbito das cooperativas e associações é a iniciativa de implementar de criar, gerenciar, assumir riscos, enxergar oportunidades e observar mecanismos e meios para a obtenção de renda. O empreendedor social deve ser capaz de inovar, fazer com que algo já existente, seja reformulado, reinventado, de modo que se torne novo e diferenciado. É cada vez mais comum ver pessoas se tornando empreendedoras, seja por oportunidade ou necessidade. E entre os diversos modelos de empreendedorismo, existe um que vem ganhando cada vez mais força, o cooperativismo.

No município de objeto da pesquisa, existe um potencial para fomentar a geração de trabalho e renda e disseminar a cultura empreendedora através do cooperativismo, e atualmente conta com três sistemas cooperativos importantes. O trabalho junto a esses empreendimentos visa disponibilizar assessoria técnica profissional para modelar os negócios dando-lhes vantagem competitiva dentro do contexto do cooperativismo. Como resultados, almeja-se a formação técnica para a modelagem dos negócios cooperativos da comunidade, que em sua esfera econômica, geram impacto social, pois as cooperativas são responsáveis por promoverem o desenvolvimento econômico e social tanto dos seus membros quanto das comunidades nas quais estão inseridas. Do ponto de vista organizacional, os resultados obtidos com a pesquisa e acompanhamento dos negócios cooperativos contribuirão para o aprimoramento e melhoria no desempenho da gestão econômica e social dessas organizações. No âmbito acadêmico, contribuirá para a geração de novos conhecimentos e de conhecimentos incrementais, nos contextos da teoria e prática empreendedora, propiciando avanços teóricos e metodológicos acerca do modelo de negócio cooperativo e colaborando com o desenvolvimento da educação científica do IFCE. Importante ressaltar que os Institutos Federais representam centros de excelência ao atuarem desde o ensino

técnico de nível médio até a pós-graduação, no desenvolvimento de programas de extensão, divulgação científica e tecnológica, além de realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo voltados para o desenvolvimento local e regional.

Os discentes envolvidos na pesquisa e ações do projeto de mentoria em modelagem e gestão dos negócios cooperativos fruirão da oportunidade de compreender os processos produtivos no âmbito do cooperativismo local, compreender como os negócios operam em seu cotidiano, e auxiliar no aprimoramento desses negócios no mercado. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 10), a educação deve apontar caminhos para uma formação necessária ao desenvolvimento das potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho (individual e coletivo) e para o exercício consciente da cidadania. Nesse sentido, o empreendedorismo no âmbito do cooperativismo apresenta uma preocupação com a sustentabilidade dos negócios cooperativos no mercado competitivo, sem perder de vista a função social inerente ao negócio cooperativo no âmbito das comunidades. Neste sentido, surgem alguns questionamentos: Como os negócios cooperativos se desenvolvem no município? Qual o perfil dos empreendedores locais envolvidos com as cooperativas? Quais as competências, habilidades e atitudes que precisam ser desenvolvidas em nível de gestão dessas cooperativas? Os empreendimentos cooperativos compreendem seu papel na comunidade em termos de proposta de valor? Os empreendimentos cooperativos conhecem seus clientes? Entendem como mobilizar recursos para ampliar suas ações no mercado? Portanto, é relevante que os estudos organizacionais, no escopo da Administração como ciência social aplicada, voltem-se para a análise de movimentos que vão além do mercado convencional de negócios, compreendendo suas ações e intervindo de forma

construtiva na solução de problemas.

11 Competências necessárias

COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS	PESSOAS ENVOLVIDAS	VÍNCULO INSTITUCIONAL	FUNÇÃO NO PROJETO
Saber agir e mobilizar recursos materiais e humanos, saber transferir o conhecimento, saber aprender e apreender novas práticas de gestão, ter visão estratégica, bem como assumir responsabilidades necessárias à coordenação e execução do projeto (CPF: 83274278300. Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/3073541276192824)	Maria de Nazaré Moraes Soares (Mestre em Administração e Controladoria, doutorado na mesma área, em andamento)	Docente IFCE Camocim	Coordenadora e pesquisadora
Realizar pesquisa e colaboração com o projeto em termos de educação popular (CPF: 01151971332. Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/2708948975927122)	Lourdes Rafaella Santos Florêncio (Doutora em Educação – Professora da Universidade Estadual do Ceará)	Docente IFCE Camocim	Pesquisadora
Realizar pesquisa e colaboração com o projeto em termos de inovação em processos de produção (CPF: 95907491353. Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/95907491353)	Régis Fernandes Vasconcelos (Mestre em Ciências Marinhas)	Docente IFCE Camocim	Pesquisador

http://lattes.cnpq.br/9219920324608296)	Tropicais)		
Capacidade de aprender e transferir conhecimento, capacidade de cooperar para a consecução das atividades de mentoria, conhecimentos em informática	A definir	Discente	Bolsista
Capacidade de aprender e transferir conhecimento, capacidade de cooperar para a consecução das atividades de mentoria, conhecimentos em informática	A definir	Discente	Bolsista
Colaborar com as atividades do projeto de pesquisa em termos de educação popular e memória (CPF: 62691104320. Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/4614894191113114)	Lia Machado Fiuza Fialho (Doutora em Educação e Docente da Universidade Estadual do Ceará)	Sem vínculo	Pesquisadora
Colaborar com as atividades do projeto de pesquisa em termos de educação inclusiva (CPF: 73002194387. Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/5286808679972092)	Maria do Socorro Moraes Soares Rodrigues (Mestre em Educação Brasileira e Professora da Rede Municipal de Fortaleza - EJA)	Sem vínculo	Colaboradora
Colaborar com as atividades de pesquisa em termos de questões financeiras e contábeis (CPF: 62069071391. Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/2958737537494898)	Nagel Silva da Cunha (Bacharel em Contabilidade e Delegado do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará)	Sem vínculo	Colaborador

Colaborar com as atividades de pesquisa em termos de dinâmicas do trabalho cooperativo e questões jurídicas relacionadas (CPF: 62826980300. Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/2804676052231505)	Paulo Torres Júnior (Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará, cursando Administração pela Universidade Estadual do Ceará)	Sem vínculo	Colaborador
--	--	-------------	-------------

12 Infraestrutura e Recursos

12.1 Infraestrutura disponível para a execução do projeto

INFRAESTRUTURA	Auditório para a realização das oficinas, Sala de informática, Banheiros, Bebedouros (IFCE Camocim)
MATERIAL PERMANENTE	Mesas, cadeiras (IFCE Camocim)
EQUIPAMENTOS	Computadores, projetores de multimídia (Quando nas dependências do IFCE Camocim)
PERMISSÃO DE USO	Diretoria do Campus e Chefia de Pesquisa e Extensão (IFCE Camocim)

12.2 Capital

ITENS DE DISPÊNDIO	VALOR ESTIMADO	DETALHAMENTO	JUSTIFICATIVA
Equipamentos e Material permanente	R\$ 2.500,00	01 Notebook	Este equipamento é necessário para a execução do projeto, principalmente no ambiente das cooperativas.
Material Bibliográfico	R\$ 500,00	Livros relacionados à temática do Cooperativismo e da Gestão Estratégica Inovadora	O material bibliográfico relacionado às temáticas são necessários visto que atualmente a biblioteca do IFCE Camocim não possui material relacionado a estas temáticas
TOTAL CAPITAL	R\$ 3.000,00		

12.3 Custeio

ITENS DE DISPÊNDIO	VALOR ESTIMADO	DETALHAMENTO	JUSTIFICATIVA
Despesas acessórias	-	-	-

Material de consumo	R\$ 200,00	Papel A4 e A3, Canetas, Pincéis, Blocos (cores variadas), outros.	Material de escritório para utilização nas oficinas de modelagem de negócios
Diárias	R\$ 1.280,00	4 (quatro) diárias no país	Diárias para participação no evento de avaliação final, de Fortaleza-Ceará para Brasília-DF (duas pesquisadoras)
	R\$ 3.200,00	10 (dez) diárias no país (estimativa para 3 eventos – considerando uma pesquisadora)	Diárias para participação em eventos de pesquisa (Enanpad, Engema – USP e outros)
Passagens	R\$ 2.000,00	04 (quatro) passagens aéreas (ida e volta) para Brasília no segundo semestre de 2020 (considerando duas pesquisadoras)	Passagem para o evento de avaliação final, de Fortaleza-Ceará para Brasília-DF (Ida e volta) – O valor foi simulado, em virtude da imprevisibilidade da data a ser definida pelo CNPQ, tendo sido realizada uma média entre três cotações tendo como referência o mês de agosto.
	R\$ 7.000,00	Estimativa de 06 (seis) passagens aéreas para eventos acadêmicos no país (estimativa para 3 eventos – considerando uma pesquisadora)	Valor estimado para custeio de passagens para evento acadêmico em que apresente artigo relacionado à temática do empreendedorismo na economia cooperativa, social, solidária.
Terceiros (Pessoa física)	-	-	-
Terceiros (Pessoa jurídica)	R\$ 200,00	Serviço de terceiros: editoração e impressão	Necessidade de impressão e editoração de material para utilização no projeto e impressão de materiais finais caso necessário.
TOTAL CUSTEIO	R\$ 13.880,00		

12.4 Bolsas: Descrever as modalidades de bolsas solicitadas ao CNPq, conforme estabelecido na Chamada, necessárias para execução do projeto.

MODALIDADE	DURAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Iniciação Tecnológica e Industrial - ITI	10 meses	02	R\$ 400,00	R\$ 8.000,00
Desenvolvimento Tecnológico e Industrial - DTI	-	-	-	-
Apoio à Difusão do Conhecimento – ADC	-	-	-	-
Extensão no País – EXP	-	-	-	-
Iniciação ao Extensionismo – IEX	-	-	-	-

Apoio Técnico em Extensão no País – ATP	-	-	-	-
Especialista Visitante – EV	-	-	-	-
Capacitação de Recursos Humanos – SET	-	-	-	-
TOTAL BOLSA:	R\$ 8.000,00			

12.5 Outras fontes de recursos

Este item não se aplica.

13 Resultados esperados e potencial de implementação

13.1 Resultados previstos para o projeto

A pesquisa pretende obter, ao longo do processo da pesquisa e ao final do projeto, os seguintes resultados:

- a) Obter dados relacionados às cooperativas instaladas na região noroeste do estado do Ceará, em especial da cidade de Camocim, sistematizando um banco de dados sobre as cooperativas;
- b) Realizar um diagnóstico sobre a forma de gestão e proposta de negócio das cooperativas;
- c) Auxiliar tecnicamente os processos de gestão e autogestão das cooperativas através de ferramentas de modelagem de negócios;
- d) Criação uma metodologia de modelagem específica para as cooperativas baseada na modelagem BMG;
- e) Elaboração de artigos científicos relacionados à experiência de mentoria de negócios cooperativos, utilizando dados coletados ao longo do projeto de pesquisa;
- f) Produção de um relatório resumido com os resultados da pesquisa para socializar o processo de aprendizado.

Os resultados almejados estão diretamente relacionados aos objetivos do projeto de pesquisa, visto que cada objetivo é orientado pela metodologia de modelagem de negócios voltados para a estratégia e inovação. Os resultados, fruto da consecução dos objetivos, do projeto de pesquisa visam resolver problemas de posicionamento e identidade de negócio que as cooperativas vivenciam em seu cotidiano, assessoria técnica profissional para modelar os negócios dando-lhes vantagem competitiva dentro do contexto do cooperativismo. De fato, a falta de direcionamento estratégico dos empreendimentos é vista como uma das maiores dificuldades enfrentadas no cooperativismo, pois tais desafios impactam no acesso ao mercado e à comercialização de seus produtos ou serviços, seguida da insuficiência de assessoramento técnico e de gestão, sendo essa uma constatação que pode ser identificada tanto no contexto brasileiro, quanto no contexto internacional (SPEAR, 2004; BORZAGA, 2005; GRASSL, 2012). Ao adquirir informações sobre gestão estratégica, os negócios cooperativos podem minimizar problemas de acesso a crédito, ao mercado, entre outros, além disso, a melhoria de processos resulta em uma maior transparência e dinamicidade nas práticas de autogestão próprias do cooperativismo.

No âmbito das cooperativas, valores como a autogestão, a cooperação e a autonomia visualizam benefícios que vão além do aspecto econômico. Dessa forma, autores como Mance (2002), Arruda (2003), Singer (2008) e Laville (2014), são unânimes em comunicar que uma

das principais contribuições do movimento cooperativo consiste no fomento ao desenvolvimento social no âmbito dos empreendimentos, e, por conseguinte, do capital social. Asseburg e Gaiger (2007) e Arruda (2008) complementam que, na busca pela diminuição da desigualdade social, o cooperativismo e outras formas de economia social e solidária fomentam a mudança social, a emancipação e o atendimento de diversas demandas: sobrevivência e bem-estar individual, comunitário, social e ambiental.

13.2 Potencial de implementação dos resultados

13.2.1 Demonstração de interesse pelos resultados do projeto

Seguem dispostas as instituições que demonstram interesse no projeto de pesquisa:

a) Instituições públicas:
Prefeitura Municipal de Camocim (Ceará)

Agência Regional do Trabalho de
Camocim (Ceará) Obs.: Cartas de
interesse em elaboração

Alinhamento: Entende-se que as instituições públicas do município têm interesse nos resultados da pesquisa visto que as cooperativas são representantes da economia local e contribuem para o desenvolvimento das comunidades em termos de produção, consumo e comercialização de produtos e serviços. Além disso, os resultados da pesquisa são importantes para a elaboração de políticas públicas de apoio aos empreendimentos cooperativos, mantendo, evidentemente, a autonomia dos mesmos.

b) Conselhos de Classe:
Conselho Regional de Administração (CRA, Ceará)

Conselho Regional de Contabilidade (CRC,
Camocim - Ceará) Obs.: Cartas de interesse anexa

Alinhamento: As entidades de classe da Administração (CRA) e da Contabilidade (CRC) são órgãos instrumentais que trabalham com a gestão cotidiana dos diversos tipos de negócios de forma empreendedora e inovadora. O interesse dessas entidades nos resultados da pesquisa reside em conhecerem e aproximarem-se, em termos de parcerias, destes modelos de negócio que contribuem para o desenvolvimento econômico local do município e que apresentam especificidades próprias do movimento cooperativista.

c) Programa de Extensão:
Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI, IFCE Camocim –
Ceará) Obs.: Carta de interesse anexa

Alinhamento: O meio acadêmico tem voltado cada vez mais o olhar para os movimentos sociais e os frutos da organização desses movimentos. O cooperativismo é uma doutrina e um movimento que preza por valores sociais e econômicos importantes para o desenvolvimento humano, no sentido da própria formação dos trabalhadores que se organiza através da autogestão das cooperativas. O Núcleo de Estudos

Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI, IFCE Camocim – Ceará) tem como missão sistematizar, produzir e difundir conhecimentos, fazeres e saberes que contribuam para a promoção da equidade racial e dos direitos humanos, tendo como perspectiva a superação do racismo e outras formas de discriminações, ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos das populações negras e indígenas no Brasil, no Ceará e, em particular, o Instituto Federal do Ceará. O interesse do NEABI nos resultados do projeto de pesquisa reside no público-alvo da pesquisa e amostra, os cooperados, que é formado por habitantes da região, indígenas de várias etnias, tais como os tremembés, tabajaras, juremas, entre outros, e as raízes indígenas podem ser observadas inclusive dinâmicas sociais, inclusive de geração de renda nas comunidades locais.

13.2.2 Descrição da forma de aplicação dos resultados do projeto

Os resultados da pesquisa poderão ser utilizados pelos demandantes da pesquisa da seguinte forma:

a) Instituições públicas:
Câmara de Vereadores de Camocim
(Ceará) Agência Regional do Trabalho
de Camocim (Ceará)

Aplicação: Elaboração de políticas públicas de apoio às cooperativas, prestação de auxílio técnico visando à sustentabilidade dos negócios cooperativos, formação de parcerias.

b) Conselhos de Classe:
Conselho Regional de Administração (CRA, Ceará)
Conselho Regional de Contabilidade (CRC, Camocim - Ceará)

Aplicação: Formação de parcerias e assessoria técnica visando à sustentabilidade econômica dos negócios cooperativos. Conhecimento sobre as formas de produção, consumo e comercialização de bens e serviços nas comunidades.

c) Programa de Extensão:
Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI, IFCE Camocim – Ceará)

Aplicação: Conhecimento sobre as formas de produção, consumo e comercialização de bens e serviços nas comunidades, auxiliando na busca de uma identidade e resgate histórico das raízes afrobrasileira e/ou indígenas.

13.2.3 Horizonte de tempo de aplicação dos resultados do projeto

O horizonte de aplicação dos resultados pode ser verificado desde o desenvolvimento do projeto, visto que se trata de um processo de construção do espírito empreendedor no âmbito das cooperativas e comunidade envolvidas. A partir da finalização dos 15 meses de projeto os resultados da pesquisa, juntamente com o material elaborado serão colocados à disposição dos demandantes a fim de que possam direcionar ações estratégicas em suas agendas de trabalho alinhando suas diretrizes às ações das cooperativas.

13.2.4 Abrangência da utilização dos resultados do projeto

A pesquisa abrange o contexto das cooperativas de um município do interior cearense, contudo, conforme a metodologia utilizada, o projeto de pesquisa tem possibilidade de oferecer ferramentas para outras cooperativas em nível local, regional e nacional. Até o momento foram mapeadas três cooperativas, a de pescadores, a de transportes e a de artistas e artesãos, todas do município de Camocim.

14 Impactos previstos

14.1 Impactos em CT&I

14.1.1 Impacto Científico

O impacto científico pretendido pelo projeto de pesquisa na necessidade de a Administração, como ciência social aplicada, voltar seus olhares para o modelo de negócio cooperativo, que apresenta especificidades na forma de gestão e contribuem para a geração de renda e desenvolvimento de comunidades e regiões. Segundo Silva, Pereira e Pereira (2014), os estudos sobre cooperativismo no Brasil remontem ao início do século, contudo, a Ciência da Administração, em especial no âmbito acadêmico, o *mainstream* da pesquisa não mobilizou-se em compreender o trabalho cooperativo e o cooperativismo, ou trocar informações sobre suas ferramentas e métodos. Os estudos sobre cooperação na Administração, no geral, limitam-se a analisar a cooperação humana para o trabalho, utilizando-se de teóricos como Chester Barnard (1886-1961) e Elton Mayo (1880-1949), que estudaram as causas que levam as pessoas a cooperar nas organizações. Em relação aos estudos sobre modelagem de negócios e o cooperativismo, em uma breve pesquisa em portais como o SPEL e o Scielo, bem como em repositórios de universidades do Brasil, percebe-se que não existem pesquisas que realizem a aderência entre os dois temas. O estado da arte relacionado à pesquisa em cooperativismo, economia social e solidária, ou mesmo empreendedorismo social, têm focado na análise ontológica de cada tema, bem como a diferença entre os tipos de iniciativa empreendidas nos mais variados contextos (SILVA; PEREIRA; PEREIRA, 2014; FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018). Cabe indagar suas possibilidades emancipatórias e de integração a agendas acadêmicas e sociais comuns, com vistas à redução das desigualdades e à construção de novas possibilidades de desenvolvimento, utilizando-se de ferramentas validadas de gestão estratégica inovadora. A aproximação entre a Administração e o Cooperativismo visa uma ampliação da visão de negócio de ambas as áreas, que podem contribuir uma com a outra, tanto a Administração como o Cooperativismo têm lições a ensinar, a Administração com suas ferramentas de gestão estratégica e o Cooperativismo com suas práticas de autogestão de negócios, bem como sua visão de contribuição para o desenvolvimento social. O avanço nas pesquisas interdisciplinar entre Administração e Cooperativismo impacta na criação de novos paradigmas de gestão, novos caminhos e

direções de pesquisa, visto que a boa ciência se constrói através da interdisciplinaridade e da multidisciplinaridade.

14.1.2 Impacto Tecnológico

A Administração como ciência social aplicada, é fonte de tecnologias de gestão que são aplicadas ao redor do mundo. O projeto de pesquisa, que visa estudar a modelagem de negócios cooperativas utilizando a metodologia Canvas (*BMG*), contribui com a adequação de uma tecnologia de gestão estratégica e inovadora ao contexto do cooperativismo. De fato, Administração e tecnologia são áreas que interferem constantemente nas dinâmicas das organizações, desde os estudos sobre cibernética, teoria dos sistemas e complexidade, bem como as recentes pesquisas sobre a Quarta Revolução Industrial, que protagoniza a Internet das Coisas como fator de grande mudança no mundo dos negócios e da gestão. O cooperativismo também deve estar atento às grandes mudanças no mundo dos negócios, visto que está inserido no mesmo contexto de mudança que qualquer outra organização. O aperfeiçoamento das formas de gestão cooperativas, mantendo evidentemente suas peculiaridades e autonomia, deve contribuir para a inserção e fortalecimento desses negócios junto ao mercado, cada vez mais competitivo. A modelagem de negócio resulta em uma retomada de identidade estratégica dos negócios, criação de novos produtos ou aprimoramento de outros já existentes, além da melhoria de processos e serviços prestados.

14.2 Impacto no desenvolvimento sustentável

14.2.1 Impactos sociais

O projeto de pesquisa pretende, com a modelagem de negócios cooperativos, aprimorar as formas de gestão destas iniciativas, considerando o perfil empreendedor e inovador dos cooperados, bem como das comunidades nas quais estão inseridas. O processo de autogestão exige, segundo Morin (2007), determinado nível de autonomia. Para ser autônomo, um negócio depende que seus atores detenham certo nível de educação, determinada formação, determinado domínio das ferramentas tecnológicas, certo conhecimento cultural *et caetera*. Percebe-se daí que a autonomia é e deve ser construída e a formação técnica profissional para a gestão estratégica é instrumental para que esse processo autônomo se concretize. O movimento cooperativo está intimamente ligado à ampliação de capacidades, o que pode ser identificado no empoderamento dos atores e nos mecanismos de geração da própria renda e sobrevivência. Outra capacidade fomentada nos empreendimentos é a geração de informação e conhecimento a partir da gestão dos negócios, relações com outros empreendimentos e atores, treinamentos, eventos e capacitações na área. E, por fim, a participação no cotidiano da comunidade, através da participação em movimentos sociais. No âmbito das cooperativas, valores como a autogestão, a cooperação e a autonomia visualizam benefícios que vão além do aspecto econômico. Dessa forma, autores como Mance (2002), Arruda (2003), Singer (2008) e Laville (2014), são unânimes em comunicar que uma das principais contribuições do movimento cooperativo consiste no fomento ao desenvolvimento social no âmbito dos empreendimentos, e, por conseguinte, do capital social. Asseburg e Gaiger (2007) e Arruda (2008) complementam que, na busca pela diminuição da desigualdade social, o cooperativismo e outras formas de economia social e solidária fomentam a mudança social, a emancipação e o atendimento de diversas demandas: sobrevivência e bem-estar individual, comunitário, social e ambiental.

Com a promoção de oportunidade de desenvolvimento por meio de educação e capacitação, espera-se o fortalecimento dos empreendimentos cooperativos e de seus

papéis junto às comunidades nas quais estão inseridas, quanto à cidadania e dos direitos individuais. A modelagem de negócios pode resultar em redução de custos de transação, visto que os empreendimentos passarão a focar em suas parcerias principais, ampliar parcerias que possam beneficiar seus processos de produção e comercialização de produtos e serviços. Dessa forma, reduz-se o risco de perdas no negócio cooperativo e amplia a possibilidade de aumento de renda e consumo por parte dos negócios, bem como a melhor distribuição da renda através do cooperativismo.

14.2.2 Impactos Econômicos

Os impactos econômicos advindos com a modelagem estratégica dos negócios cooperativos abrange: (i) A melhoria da qualidade de produtos e serviços ofertados pelas cooperativas (e desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos), visto que a modelagem trabalha com a prototipação dos produtos e serviços, privilegiando as necessidades dos consumidores;

(ii) A redução de custos de produtos e serviços ofertados pelas cooperativas, visto que se analisa a precificação a partir das fontes de recursos e da estrutura de custos dos negócios;

(iii) Melhoria de produtividade, através de mudanças em processos operacionais ou administrativos; (iv) A possibilidade de criação de novos mercados, a partir do estudo dos segmentos de clientes aos quais os negócios cooperativos podem servir, melhorando a competitividade dos negócios e reduzindo os riscos através de uma gestão profissional dos próprios cooperados; (v) Melhoria da gestão de ativos das cooperativas, pois analisa-se quais são as atividades chave dos negócios e os respectivos recursos principais para implementação e operacionalização dos mesmos, reduzindo-se a necessidade de investir na manutenção ou na expansão; (vi) O crescimento nas cooperativas envolvidas ao longo do projeto (empregos, faturamento, distribuição dos lucros); (vii) O ampliação da participação de cooperativas nos mercados internos e externos, visto que a análise de cenários permitirá visualizar os pontos fortes e fracos do ambiente interno, bem como as oportunidade e ameaças do ambiente externo; (viii) A melhoria nos resultados das cooperativas através do estabelecimento de processos de intercooperação e formação de redes de cooperativas, visando aumentar a participação das cooperativas no PIB do setor estadual/regional/nacional.

14.2.3 Impactos ambientais

Segundo Marra (2009), a organização de pessoas em cooperativas e associações tem muito a contribuir para o aumento e a geração de um desenvolvimento humano e sustentável da sociedade, pois, os associados exercem efetivamente a democracia ao decidirem de forma coletiva sobre os rumos e os destinos dessas entidades, podendo também, nesse caso, decidir sobre o investimento das sobras financeiras na comunidade em que ela está inserida. A preocupação com o meio ambiente é uma questão que está inserida nas dinâmicas das cooperativas visto que elas se desenvolvem em prol de uma comunidade, e por isso, a atuação das cooperativas deve privilegiar a sustentabilidade no uso dos recursos. As cooperativas reconhecem que não são sistemas fechados, isolados do ambiente em que estão inseridas, e que outras gerações dependerão dos mesmos recursos naturais, assim, a ideia de sustentabilidade ambiental se aproxima do conceito de cooperativismo. O cooperativismo é um modelo socioeconômico que parte da cooperação entre pessoas com objetivos comuns para alcançar mais benefícios para todos.

A modelagem de negócios inovadores e competitivos no âmbito do cooperativismo deve ter a questão ambiental como uma questão seminal. A formação para a gestão

estratégica também prima pela sustentabilidade e racionalidade no uso dos recursos, assim, a modelagem Canvas deve manter, como proposta de valor dos negócios cooperativos, a questão da sustentabilidade. A gestão estratégica de recursos preocupa-se com a conservação do meio- ambiente, prevenção de riscos ambientais, recuperação de áreas degradadas, a melhoria da qualidade do diagnóstico e prognóstico ambiental.

15 Proposta do projeto para a difusão de CT&I à sociedade

O projeto de pesquisa, por sua natureza prática, pretende atuar junto às cooperativas durante todo o cronograma, através inicialmente de um estudo de caso exploratório do perfil e modelo de gestão dos empreendimentos, e, a partir deste mapeamento, serão realizadas ações de formação empreendedora e inovadora junto aos cooperados através de oficinas, aulas expositivas, eventos e capacitações, utilizando materiais específicos de apoio, como jogos, projetores multimídia, material de escritório e etc. Destaca-se que o público-alvo do projeto são os cooperados e comunidade envolvida com as cooperativas que tenham interesse em participar das ações. Ao longo do projeto, pretende-se realizar um *Demoday*, onde os cooperados apresentarão os modelos de negócio cooperativos desenvolvidos, e, ao final do

projeto fornecer aos cooperados um material didático sobre modelagem de negócios específica ao contexto cooperativo, e que possa ser utilizado em suas práticas de formação continuada.

16 Histórico de pesquisa em Cooperativismo

O histórico de pesquisa em cooperativismo data da pós-graduação em nível de Mestrado acadêmico realizado na Universidade Federal do Ceará (Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria), cujo trabalho final em formato de dissertação de mestrado teve como tema a Economia Social e Solidária. A Economia Social e Solidária é um movimento por uma forma alternativa de geração de renda junto às comunidades e que vai além do objetivo econômico, unindo o humano e o social ao objetivo econômico. Esse movimento é formado principalmente por cooperativas, associações e grupos informais, segundo mapeamento realizado no Brasil, nos anos de 2010 a 2013, pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), unidade organizacional do Ministério do Trabalho (MTb). Um artigo relacionado à pesquisa que tratava especificamente das redes de cooperação foi publicado em um período internacional do centro de pesquisa sobre economia social chamado CIRIEC. O trabalho de dissertação, transformado em artigo, foi apresentado em 2016 em Paris no maior evento de Administração da Europa, EURAM 2016. Atualmente cursando o doutorado, continuo no contexto da Economia Social e solidária, contudo, analisando grupos e redes de cooperação de mulheres e suas práticas de gestão no cotidiano dos empreendimentos, visto que a maioria dos empreendimentos é gerida por mulheres. As publicações relacionadas ao histórico de pesquisa mencionado são as seguintes relacionadas:

Artigos completos publicados em periódicos:

SOARES, M. N. M.; LESSA, B. S. ; AGUIAR, I. C. ; LEOCADIO, A. L. ; REBOUÇAS, S.

M. D. P. . Clusters in the Solidarity Economy: the strategy of participating in networks of enterprises in Brazil. C.I.R.I.E.C. España, v. 86, p. 35-59, 2016.

SOARES, M. N. M.; LESSA, B. S. ; CABRAL, A. C. A. ; SANTOS, S. M. ; PESSOA, M. N. M. . A Participação Feminina nos Estudos sobre Estratégia. Revista Eletrônica Mestrado em Administração, v. 7, p. 25-37, 2015.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos:

SOARES, M. N. M.; REBOUÇAS, S. M. D. P. . Desenvolvimento Humano, Educação e Economia Solidária: evidências empíricas sobre cidadania e autogestão. In: XIX ENGEMA Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 2017, São Paulo. XIX ENGEMA Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. São Paulo, 2017.

SOARES, M. N. M.; LEOCADIO, A. L. . COMPLEXITY AND SOCIAL CAPITAL IN SOLIDARITY ECONOMY: empirical evidence of enterprises in Brazil. In: European Academy of Management - EURAM - Conference 2016, 2016, Paris. Manageable Cooperation, 2016.

SOARES, M. N. M.; LEOCADIO, A. L. ; REBOUÇAS, S. M. D. P. . COMPLEXIDADE E CAPITAL SOCIAL NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: evidência empíricas dos empreendimentos organizados em redes no Brasil. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2016, Salvador. XL Encontro da ANPAD EnANPAD 2016, 2016.

SOARES, M. N. M.; LESSA, B. S. ; AGUIAR, I. C. ; LEOCADIO, A. L. ; REBOUÇAS, S. M. D. P. . A Estratégia de Participação em Redes de Cooperação nos Agrupamentos de Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil. In: XXXIX EnANPAD 2015, 2015, Belo Horizonte. XXXIX EnANPAD 2015, 2015.

LESSA, B. S. ; AGUIAR, I. C. ; SOARES, M. N. M. ; SILVA-FILHO, J. C. L. . Commercial versus social entrepreneurship for a social demand: a comparative multicase study in the Brazilian popular healthcare sector. In: 15th Annual Conference of EURAM, 2015, 2015, Warsaw. 15th Annual Conference of EURAM, 2015, 2015.

LESSA, B. S. ; AGUIAR, I. C. ; SOARES, M. N. M. ; SILVA-FILHO, J. C. L. . Empresas comerciais versus empresas sociais: um estudo multicaso comparativo no setor de saúde popular cearense. In: Seminários em administração FEA-USP, 2015, São Paulo. SemeAD 2015, 2015.

LESSA, B. S. ; SOARES, M. N. M. ; CABRAL, A. C. A. ; SANTOS, S. M. ; SILVA, M. N. M. . A participação feminina nos estudos sobre Estratégia. In: Encontro Internacional sobre Gestão empresarial e meio ambiente - ENGEMA, 2014, São Paulo. XVI ENGEMA, 2014. v. XVI.

Apresentações de Trabalho:

SOARES, M. N. M.; LEOCADIO, A. L. . COMPLEXITY AND SOCIAL CAPITAL IN

SOLIDARITY ECONOMY: empirical evidence of enterprises in Brazil. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). EURAM 2016.

SOARES, M. N. M.; LEOCADIO, A. L. ; REBOUÇAS, S. M. D. P. . COMPLEXIDADE E CAPITAL SOCIAL NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: evidências empíricas dos empreendimentos organizados em redes no Brasil. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso). ENANPAD 2016.

SOARES, M. N. M.; LEOCADIO, A. L. ; REBOUÇAS, S. M. D. P. XIX ENGEMA

Desenvolvimento Humano, Educação e Economia Solidária: evidências empíricas sobre cidadania e autogestão. In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. 2017, ENGEMA 2017.

Outras produções bibliográficas:

SOARES, M. N. M.; LESSA, B. S. ; AGUIAR, I. C. ; LEOCADIO, A. L. ; REBOUÇAS, S. M. D. P. . The strategy of participating in networks on clusters of Solidarity Economy enterprises in Brazil. In: 5th EMES International Research Conference on Social Enterprise 2015 (Resumo publicado em anais de evento).

Atuação em Projetos Associativos:

Membro do Projeto de Extensão IFCE Fortaleza: Curso de Empreendedorismo e Inovação Associação Maria Mãe da Vida - Rua Estevão de Campos 905, Barra do Ceará

Início: 03/05/2018 – Fim: 07/07/2018

Público-alvo: Mulheres na faixa de 16 a 27 anos, regularmente associadas à Associação.

17 Referências Preliminares

ARRUDA, M. **Exchanging visions on a responsible, plural and solidarity-based economy**. Rio de Janeiro, ALOE – Workgroup visions of a responsible, plural y solidarity-based economy, 2008. 140p.

ASSEBURG, H. B.; GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante das desigualdades. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p.499-533, 2007.

BALESTRIN, A., & VERSCHOORE, J. (2008). **Redes de cooperação empresarial: estratégias de gestão na nova economia**. Porto Alegre: Boockman, 2008.

BAUER, R. **Gestão da mudança: caos e complexidade nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BORZAGA, C., & SANTUARI, A. *Italy: From traditional co-operatives to innovative social enterprises*. In: C. Borzaga, & J. Defourny (Eds.), **The Emergence of Social Enterprise: 166- 181**, London: Routledge, 2001.

BORZAGA, C., & TORTIA, E. *Social economy organizations in the theory of the firm*. In: **The Social Economy: building inclusive communitie**. Noya, A. and Clarence, E. (eds) pp. 23-60. Paris: OECD Publishing, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 de maio de 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 16 de maio de 2018.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm>. Acesso em: 16 de maio de 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**, 2007. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2018.

COLLINS, J., & HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. Trad. Lucia Simonini. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
COOPER, D. R., & SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**. Transformando ideias em Negócios. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DOWBOR, L. **O que Acontece com o Trabalho?** Editora SENAC 3 ed. São Paulo, 2006.

FERRARINI, A.; GAIGER, L. I.; SCHIOCHET, V. O Estado da Arte e a Agenda de Pesquisa da Economia Solidária no Brasil. In: **Revista Brasileira de Sociologia**, Vol 06, No. 12, Jan-Abr/2018.

FRANCA FILHO, G. C. Teoria e prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. Porto Alegre: **Civitas**, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan./jun., 2007.

GAIGER, L. I. Contribuições para uma agenda de pesquisa. In: HESPANHA, P.; SANTOS, A.M. (Orgs.) **Economia Solidária**: questões teóricas e epistemológicas. Coimbra: Edições Almedina, 2011.

GRANOVETTER, M. Ação Económica e Estrutura Social: O Problema da Incrustação. In: PEIXOTO, João e MARQUES, Rafael (orgs): **A Nova Sociologia Económica**. Oeiras; CELTA, 2013.

GRASSL, W. *Business Models of Social Enterprise: A Design Approach to Hybridity*. In: **ACRN Journal of Entrepreneurship Perspectives**, v. 1, i. 1, p. 37 – 60, feb. Oxford, 2012.
HOWALDT, J, & SCHWARZ, M. *Social Innovation: Concepts, research fields and international trends*. In: **International Monitoring (IMO)**. Federal Ministry of Education and Research (BMBF) and the European Social Funds (ESF). Dormund, 2010.

- INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE – ICA. **The world co-operative monitor**. 2015. Disponível em: < <http://monitor.coop/>>. Acesso em: 16 de maio de 2018.
- KOTLER, Philip e KELLER, Kevin L. **Administração de Marketing**. 14 ed. São Paulo: Pearson, 2012.
- LAVILLE, J.- L. Economia plural. In CATTANI, A. D. et. al.(Orgs) **Dicionário Internacional da outra economia**. Coimbra-São Paulo: Editora Almedina, 2009. LAVILLE, J.- L. Mudança social e teoria da Economia Solidária. Uma perspectiva maussiana. *In: Sociologias*, n. 36, mai./ago., p. 60-73. Porto Alegre, 2014.
- MANCE, E. A. Redes de Economia Solidária: a expansão de uma Alternativa Global. *In: II Fórum Social Mundial. Anais...* Porto Alegre. Fev 2002.
- MARRA, A. V. **Associativismo e cooperativismo** / Adriana Ventola Marra. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Agenda institucional do cooperativismo**: Edição 2018. 2015. Disponível em: < <http://somoscooperativismo.coop.br/publicacao/1/agenda-institucional-do-cooperativismo> >. Acesso em: 20 de maio de 2018.
- OSTERWALDER, Alexander, PIGNEUR, Yves. **Business Model Canvas - Inovação em Modelos de Negócios**. Um Manual para Visionários, Inovadores e Revolucionários. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.
- POLONIO, Wilson A. **Manual das sociedades cooperativas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Human Development Report 2016**. Human Development for Everyone. Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2018.
- SEBRAE. **Cartilha O Quadro de Modelo de Negócios**: Um caminho para criar, recriar e inovar em modelos de negócios (2013). Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/be606c09f2e9502c51b09634badd2821/\\$File/4439.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/be606c09f2e9502c51b09634badd2821/$File/4439.pdf)>. Acesso em: 20 de maio de 2018.
- SILVA, E. E.; PEREIRA, A. C. C.; PEREIRA, J. R. Roteiro bibliográfico do cooperativismo no Brasil (1966 a 2009). *In: Outra Economia*, vol. 8, n. 14, enero-junio 2014.
- SINGER, P. I. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- SPEAR, R. **From co-operative to social enterprise**: trends in European experience. *In: Trends and challenges for co-operatives and social enterprises in developed and transition countries*. Idizionni31: Trento, 2004.
- YUNUS, M. **Criando um negócio social**: como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- VIETA, Marcelo. The stream of self-determination and *autogestión*: Prefiguring alternative economic realities. **Ephemera: Theory and Politics in Organization**, 14(4), 779-806, 2014.
- VIETA, Marcelo. A utogestión: Prefigurando el nuevo cooperativismo y el trabajo como un bien común. *In: V Encuentro Internacional “La Economía de Trabajadores y Trabajadoras”*, 2015.

Anexo 2 - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd

a) Certificado de Participação



- **Certificado de apresentação do trabalho “Essa Coisa Ficou Na Gente”: Narrativas Sobre Vivências Infantojuvenis da Professora e Ativista Social Negra Valéria Neves.**



- **Certificado de apresentação do trabalho China ao Brasil: biografia de um professor de inglês imigrante**



- **Certificado de apresentação do trabalho Professora Josete Sales e a educação na UECE 1986-2018.**



Anexo 3 - Capítulos de Livro

Livro Trabalho, estética e formação humana

Trabalho, estética e formação humana

© 2019 Copyright by Jackline Rabelo, Derivaldo Santos e Adéle Cristina Braga Araujo

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE

Av. Dr. Silas Munguba, 1700 - Campus do Itaperi - Reitoria - Fortaleza - CE

CEP: 60.714-903 - Tel: (085) 3101-9893

www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Realização e Apoio:



Editora filiada à



Coordenação Editorial

Erasmo Miessa Ruiz

Diagramação

Erike Axel da Silva Fahel

Capa

Jabson Rodrigues

Revisão de Texto

Jackline Rabelo

Derivaldo Santos

Adéle Cristina Braga Araujo

Ficha Catalográfica

Lúcia Oliveira CRB - 3/304

Trabalho, estética e formação humana [recurso eletrônico]
T758 / organizado por Jackline Rabelo, Derivaldo Santos e Adéle Cristina
Braga Araujo. - Fortaleza: EdUECE, 2019.

Livro eletrônico.

ISBN: 978-85-7826-739-1 (E-book)

1. Trabalho - Aspectos sociais. 2. Trabalho - Aspectos
filosóficos. I. Rabelo, Jackline. II. Santos, Derivaldo. III. Araujo,
Adéle Cristina Braga. IV. Título.

CDD: 331

SUMÁRIO

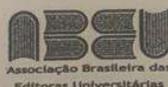
Apresentação.....	07
PARTE 1: TRABALHO, EDUCAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL	
A formação de professores e a possibilidade da emancipação humana.....	12
<i>Ivo Tonet</i>	
A educação na sociabilidade do capital: a incorporação da lógica do mercado e a negação da formação humana.....	22
<i>Pedro Pereira dos Santos</i>	
<i>Maria Escolástica M. Santos</i>	
Notas sobre o desenvolvimento da linguagem: uma abordagem histórico-cultural.....	37
<i>Maria Rafaela de Oliveira,</i>	
<i>Derbaldo Santos</i>	
<i>Cristiane Porfirio de Oliveira do Rio</i>	
As tendências pedagógicas e os pressupostos da pedagogia histórico-crítica.....	49
<i>Marismênia Nogueira dos Santos</i>	
<i>Lourdes Rafaella Santos Florencio</i>	
Educação pública laica no Brasil: análise introdutória à luz do materialismo histórico-dialético.....	62
<i>Antonio Nascimento da Silva</i>	
O trabalho associado como princípio educativo e a urgência da educação para além do capital.....	78
<i>Henrique Tahan Novaes</i>	
A gestão da pobreza e as diretrizes educacionais no contexto de crise estrutural do capital: apontamentos críticos.....	99
<i>Rosângela Ribeiro da Silva</i>	
<i>Maria das Dores Mendes Segundo</i>	
<i>César Lima Costa</i>	
PARTE 2: ESTÉTICA, SOCIEDADE E EMANCIPAÇÃO HUMANA	
Introducción: Realismo y filosofía. Los debates del Lukács maduro contra la “sociología vulgar”.....	114
<i>Miguel Vieda</i>	
O particular e o universal na poética de Carlos Drummond de Andrade.....	133
<i>José Wellington Dias Soares</i>	
Crítica onto – estética da literatura ocidental e o ensino de Sociologia.....	151
<i>Marcus Flávio Alexandre da Silva</i>	

B) livro Pesquisas Educacionais: abordagens teóricas e metodológicas.

PESQUISAS EDUCACIONAIS: ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS
 © 2018 *Copyright* by Antônio Roberto Xavier; Tereza Maria da Silva Ferreira;
 Camila Saraiva de Matos (ORGANIZADORES)

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL
 EFETUADO DEPÓSITO LEGAL NA BIBLIOTECA NACIONAL
 TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
 Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – *Campus* do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
 CEP: 60714-903 – Tel.: (85) 3101-9893 – Fax: (85) 3101-9893
 Internet: www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br



COORDENAÇÃO EDITORIAL
Erasmu Miessa Ruiz

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Carlos Alberto Alexandre Dantas
carlosalberto.adantas@gmail.com

REVISÃO DE TEXTO
Leonora Vale de Albuquerque

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA
Perpétua Socorro Tavares Guimarães

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
 BIBLIOTECÁRIA: *Perpétua Socorro Tavares Guimarães*

Pesquisas educacionais: abordagens teórico metodológicas /Antônio Roberto Xavier, Tereza Maria da Silva Ferreira, Camila Saraiva de Matos. (Organizadores). – Fortaleza: EdUECE, 2018.

271p.

Isbn: 978-85-7826-602-8.

1. Educação- Pesquisas 2. Abordagens Metodológicas I. Xavier, Antônio Roberto II. Ferreira, Tereza Maria da Silva III. Matos, Camila Saraiva IV. Título

CDD: 370

A ORALIDADE NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA: CAMINHOS E INTERSEÇÕES | 116

Edgar Nogueira Lima
Lia Machado Fiuza Fialho
Lucila Moraes Cardoso
Antoniele Silvana de Melo Souza

A PESQUISA BIOGRÁFICA EM EDUCAÇÃO E PRÁTICAS CULTURAIS | 135

Tereza Maria da Silva Ferreira
Camila Saraiva de Matos

LA EVALUACIÓN FORMATIVA EN EL GRADO EN GEOGRAFÍA Y GESTIÓN DEL TERRITORIO (UNIVERSIDAD DE GRANADA): EL CASO DE LA ASIGNATURA "OBJETIVOS Y PRÁCTICAS DE LA GEOGRAFÍA" | 146

Luis Miguel Sánchez-Escolano
Francisco Javier García-Delgado

AÇÕES AFIRMATIVAS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS - NEABI | 176

Emly Lima Araújo
Iara Saraiva Martins
Lourdes Rafaella Santos Florencio

A PESQUISA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ: TECENDO REFLEXÕES E TRAÇANDO DESAFIOS | 196

Célia Camelo de Sousa
Cláudia Virgínia Albuquerque Prazim Brasilino
Evangelita Carvalho da Nóbrega

O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE OCUPAÇÃO DA FACED/UFC EM 2016: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS EM CULTURA DIGITAL | 213

Tânia Gorayeb Sucupira
Karla Colares Vasconcelos
Cristine Brandenburg

176

AÇÕES AFIRMATIVAS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS – NEABI

EMILY LIMA ARAÚJO

Possui graduação em Letras Espanhol pela Universidade Estadual do Ceará (2009); é professora do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Espanhol. Fez um curso de Língua e Cultura Cênicas na UDC – Universidade do Goniã, Espanha. Tem experiência de magistério nos mais diversos níveis de ensino. Possui certificação internacional DELE – Nivel Superior na Língua Espanhola. Concluiu o Mestrado em Educação na Universidade das Américas – UINAMÉRICAS.

IARA SARAIVA MARTINS

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), atuando na grande área de fundamentos da Educação, Política e Gestão Educacional. Mestre em Educação Brasileira pelo PPGEB (Universidade Federal do Ceará), com estudos concentrados na linha de pesquisa Trabalho e Educação. Membro do grupo de Pesquisas em Trabalho, Práticas, Política e Educação (GPPET). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (2013). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional e nas relações entre Trabalho, Estado e transformações capitalistas.

LOURDES RAFAELLA SANTOS FLORENCIO

Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Integrada do Brasil / FAIBRA. Licenciada em História pela Universidade Regional do Gari / URGA, Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Latino-Americana de Educação, Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Integrada do Brasil. Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará / UFC. Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará / UFC. Professora do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE. Membro do grupo de pesquisa História e Memória da Educação / HIME/UFCE. Atua e desenvolve pesquisas relacionadas à História da Educação com ênfases que pensem pelas discussões de Gênero e diversidade étnico-racial.

177

Introdução

*Ser e não ser
O racismo que existe,
O racismo que não existe,
O sim, que não,
O não que é sim,
E assim o Brasil
Ou não?*
(SILVEIRA, 2009)

Ainda prevalece na sociedade brasileira a imagem de uma avessa relações raciais em que negros, brancos, indígenas e as várias etnias, supostamente, vivem em uma cadência grupal. Em parte, essa quimera coletiva encontra respaldo, como aponta Cunha (2013), nos escritos de Gilberto Freyre, especialmente na obra *Casa Grande & Senzala*, de 1933, largamente divulgada em âmbito internacional. Já há algumas décadas, a academia vem repensando as ideias de Gilberto Freyre, de maneira geral, negando a ideia da existência de uma democracia racial no Brasil.

O presente ensaio busca compreender o processo de implantação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI, em uma perspectiva sócio-histórica, por qual vem passando o IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

AÇÕES AFIRMATIVAS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS – NEABI

ANEXO 4 – Artículo submetido a Revista Cambios y Permanencias

Carta de Aceite

Gmail - Autorización MEMORIAS VIII Encuentro INTERNACIONAL de historia oral y memoria



Rafaella Florencio <rafaellaflorencio@gmail.com>

Autorización MEMORIAS VIII Encuentro INTERNACIONAL de historia oral y memoria

2 mensajes

Colectivo Historia Oral <colectivohistoriaoral@gmail.com> 4 de abril de 2019 12:57
 Para: Fabian Arley Becerra Gonzalez <fabecerrag@unal.edu.co>, Ivonne SUÁREZ <isuarezivonne@gmail.com>
 Cco: rafaellaflorencio@gmail.com

Reciban un cordial saludo.

Nos permitimos informar a los destinatarios del presente mensaje (Con copia oculta) , ponentes del *VIII Encuentro Internacional de Historia Oral y Memorias: "lecturas críticas, voces diversas y horizontes políticos en el mundo contemporáneo"*, realizado en Bogotá, Colombia, del 4 al 6 de abril de 2019, que se ha convenido publicar sus ponencias en la revista digital **Cambios y Permanencias**, a cargo del Archivo Oral de Memoria de las Víctimas (AMOV) y el grupo de investigación "Historia, Archivística y Redes de Investigación" de la Universidad Industrial de Santander, reconocida por Minciencias mediante e-ISSN 2027-5528.

Dicha publicación especializada cuenta con la indexación de las plataformas Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (REDIB), Directory of Open Access Journals (DOAJ), Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE), Actualidad Iberoamericana, Red Latinoamericana de Revistas en Ciencias Sociales (LatinRev), Google Scholar y Latinoamericana: Asociación de Revistas Académicas de Humanidades y Ciencias Sociales.

Para efectuar el envío debe tener en cuenta las siguientes indicaciones:

- 1) Incluir en la ponencia nombre, filiación institucional y correo de autor(es).
- 2) Resumen de no más de 100 palabras.
- 3) Palabras clave (máximo 6).
- 4) Abstract y keywords.
- 5) PONENCIA ajustada a las *Directrices para autores* (consultar documento adjunto).
- 6) Datos de Autor (diligenciar formato adjunto).

La ponencia y el formulario deben enviarse directamente a Ivonne Suárez, directora la revista, por favor no realice el trámite en la página virtual de la publicación.

Para su consulta, el sitio web de la revista es <http://cambiosypermanencias.com>

Dirección electrónica para el envío de la propuesta: isuarezivonne@gmail.com

Gmail - Autorización MEMORIAS VIII Encuentro INTERNACIONAL de historia oral y memoria

En asunto indicar PONENCIA VIII ENCUENTRO INTERNACIONAL DE HISTORIA ORAL.

Plazo de entrega: 17 de mayo de 2020.

Quienes no envíen en la fecha prevista, podrán hacerlo con posterioridad para ser incluidos en el Volumen 11 (2), cuya fecha se informará más adelante según convocatoria de la revista.

Se asume que quienes no hagan el envío en alguna de las dos fechas desiste de publicar su ponencia. De igual manera, si por alguna razón NO desea participar del proceso mencionado, podrá enviar una notificación en la que manifieste esta decisión.

Quedamos atentos a cualquier inquietud.

Gracias.

Cordialmente,

Fabián Becerra González

--



COLECTIVO DE HISTORIA ORAL DE COLOMBIA

[Colectivo Historia Oral -Colombia-](#)

2 anexos

 **Form_Datos_AUTORES.doc**
126K

 **Directrices para autores Cambios y Permanencias.docx**
19K

Rafaella Florencio <rafaellaflorencio@gmail.com>
Para: lia fialho <lia_fialho@yahoo.com.br>

03 de maio de 2019 18:57

Boa noite, segue o texto para submissão.

Att,

--

Profª Dra. Lourdes Rafaella Santos Florencio
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2708948975927122>

2 anexos

 **artigo Bogotá.doc**
113K

Anexo 5 - Bancas examinadoras

2...



Universidade Estadual do Ceará
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação



PPGE
UECE
Programa de Pós-Graduação em Educação

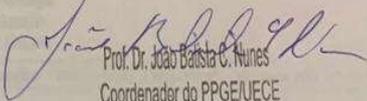


PÓS-GRADUAÇÃO
UECE

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o(a) professor(a) **Dra. Lourdes Rafaella Santos Florêncio** foi membro da Comissão de qualificação do Projeto de dissertação de **Francisca Mayane Benvindo dos Santos**, cujo título é **BIOGRAFIA DE MARIA SOCORRO LUCENA DE LIMA: CONTRIBUIÇÕES EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ**. O exame ocorreu no dia 23 de maio de 2019, com a banca composta ainda pelos(as) professores(as): Dra. Lia Machado Fiuza Fialho (Presidente – PPGE/UECE), Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá (UECE) e Dr. Elcimar Simão Martins (PPGE/UECE).

Fortaleza, 23 de maio de 2019.



Prof. Dr. João Batista C. Nunes
Coordenador do PPGE/UECE

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Av. Doutor Silas Munguba, 1700 – Centro de Educação – 2º Piso – Campus do Itaperi – Fortaleza – Ceará
Fone: (85) 3101.9918 | E-mail: ppge@uece.br | Site: www.uece.br/ppge



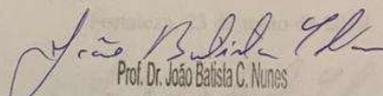
Universidade Estadual do Ceará
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação



DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o(a) professor(a) **Dra. Lourdes Rafaella Santos Florêncio** foi membro da Banca de Defesa de Dissertação do(a) aluno(a) **Antoniele Silvana de Melo Souza**, cujo título é **FRANCISCA DONETA LEITE: FORMAÇÃO EDUCATIVA E ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO NA CIDADE DO CRATO-CE**. A defesa foi realizada no dia 28 de fevereiro de 2019, com a banca composta ainda pelos professores: Dra. Lia Machado Fiuza Fialho (Presidente – PPGE/UECE), Dra. Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo (UECE) e Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz (URCA).

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2019.


Prof. Dr. João Batista C. Nunes
Coordenador do PPGE/UECE

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Av. Doutor Silas Munguba, 1700 – Centro de Educação – 2º Piso – Campus do Itaperi – Fortaleza – Ceará
Fone: (85) 3101.9918 | E-mail: ppge@uece.br | Site: www.uece.br/ppge



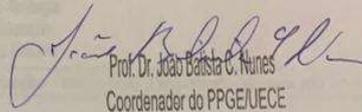
Universidade Estadual do Ceará
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação



DECLARAÇÃO

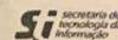
Declaro, para os devidos fins, que o(a) professor(a) **Dra. Lourdes Rafaella Santos Florêncio** foi membro da Comissão de qualificação do Projeto de dissertação de **Francisca Mayane Benvindo dos Santos**, cujo título é **BIOGRAFIA DE MARIA SOCORRO LUCENA DE LIMA: CONTRIBUIÇÕES EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ**. O exame ocorreu no dia 23 de maio de 2019, com a banca composta ainda pelos(as) professores(as): Dra. Lia Machado Fiuza Fialho (Presidente – PPGE/UECE), Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá (UECE) e Dr. Elcimar Simão Martins (PPGE/UECE).

Fortaleza, 23 de maio de 2019.


Prof. Dr. João Batista C. Nunes
Coordenador do PPGE/UECE



UFC
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



DECLARAÇÃO

Declaramos que a Profa. Dra. LOURDES RAFAELLA SANTOS FLORENCIO participou como Examinador Externo à Instituição da Comissão Examinadora de DEFESA de Tese de Doutorado do(a) pós-graduando(a) BRUNA GERMANA NUNES MOTA, intitulada:

Violência contra as mulheres e assédio sexual no atual e virtual: práticas educativas e narrativas digitais.

no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO da UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, em sessão pública realizada no dia 29 de Julho de 2019.

Membros da Banca

JOSE ROGERIO SANTANA (UFC - Presidente)
JOSE GERARDO VASCONCELOS (UFC - Examinador Interno)
ANTÔNIO ROBERTO XAVIER (UNILAB - Examinador Externo à Instituição)
LIA MACHADO FIUZA FIALHO (UECE - Examinador Externo à Instituição)
LOURDES RAFAELLA SANTOS FLORENCIO (IFCE - Examinador Externo à Instituição)

Prof(a). Dr(a). VALDEMARIN COELHO GOMES
Coordenador(a) do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO- UFC

Valdemarin Coelho Gomes
- Coordenador do Programa de Pós - Graduação
em Educação / Faculdade de Educação
Universidade Federal do Ceará